



RELATÓRIO E CONTAS 2018

CARACTERIZAÇÃO DOS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO	3	<i>JK</i>
MENSAGEM DO PRESIDENTE	4	<i>PU</i>
A EMPRESA	6	
FACTOS RELEVANTES	7	
ATIVIDADE	9	
INVESTIMENTO	25	
RECURSOS HUMANOS	29	
INFORMAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA	31	
AÇÕES PRÓPRIAS	40	
NEGÓCIOS ENTRE A SOCIEDADE E OS SEUS ADMINISTRADORES	40	
SUCURSAIS DA SOCIEDADE	40	
FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO	40	
PERSPETIVAS	41	
PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	44	
INFORMAÇÕES SOBRE A SOCIEDADE	45	
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS.....	50	

JK
PU
JK
JK

CARACTERIZAÇÃO DOS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

	2014	2015	2016	2017	2018
PRODUÇÃO					
Produção Total Energia Elétrica Fonte Renovável (GWh)	279	268	248	277	289
Produção Geotérmica (GWh)	183	182	152	193	204
Produção Hídrica (GWh)	24	24	31	29	27
Produção eólica (GWh)	72	62	65	55	59
EQUIPAMENTO					
Centrais Geotérmicas (nº)	2	2	2	3	3
Centrais Hídricas (nº)	11	12	12	12	12
Parques Eólicos (nº)	8	7	7	7	7
Potência Instalada em Centrais e Parques Eólicos (MW)	59	60	60	63	63
Centrais Geotérmicas (MW)	23	23	23	27	27
Centrais Hídricas (MW)	7	8	8	8	8
Parques Eólicos (MW)	29	29	29	29	29
ECONÓMICO-FINANCEIROS					
Volume de Negócios (mil euros)	26 874	25 813	24 109	27 299	28 977
Resultado Operacional - EBIT (mil euros)	11 238	8 682	7 984	6 487	12 924
EBITDA (mil euros)	20 476	20 112	17 937	20 748	20 833
Ativo Líquido (mil euros)	123 597	123 765	122 206	123 224	125 142
Investimento (mil euros)	3 104	2 880	11 592	3 393	2 898

MENSAGEM DO PRESIDENTE

A EDA RENOVÁVEIS apresentou em 2018 um resultado positivo de 10 111 milhares de euros, o que corresponde a um acréscimo de 16%, relativamente ao verificado no ano anterior, tendo o seu volume de negócios atingido os 28 977 milhares de euros.

Em 2018, a produção de energia elétrica renovável foi de 289,4 GWh, verificando-se um aumento de 4,3% relativamente ao ano anterior. A produção de origem geotérmica foi de 204,2 GWh, sendo a de origem eólica e hídrica de 58,7 GWh e de 26,5 GWh, respetivamente.

A exploração de recursos geotérmicos decorreu com normalidade durante o ano de 2018, verificando-se que a produção de energia elétrica a partir desta fonte, apresentou, face ao ano transato, um acréscimo de 5,8%, contando com um ano completo de produção da Central Geotérmica do Pico Alto, que, embora com uma produção inferior ao projetado para o ano, enquadra-se no quadro expectável de exploração para este campo geotérmico.

A produção de energia de origem eólica registou um aumento de 6,7%, face ao valor registado no ano anterior, fruto do acréscimo da disponibilidade do recurso.

A exploração de recursos hídricos decorreu também com normalidade, tendo a produção de energia elétrica a partir dessa fonte apresentado, face ao ano transato, um decréscimo de 9,7%. Salienta-se a este propósito, a observação do Boletim Climatológico, de novembro de 2018, para os Açores onde se refere que no período de outubro de 2017 a outubro de 2018, o total de precipitação observado foi inferior ao total de referência nas estações consideradas, com valores a variar entre os menos 44% na ilha das Flores, menos 28% na Horta, menos 21% em Angra do Heroísmo e menos 21% em Ponta Delgada. O decaimento da nossa produção é disso consequência.

No âmbito da atividade de investimento da empresa realça-se a obra de substituição das condutas forçadas das centrais hídricas de Nasce Água, S. João de Deus e Cidade, na ilha Terceira, que permitiu retomar a produção hidroelétrica naquela ilha e recolocar em serviços estas históricas centrais que perfazem agora 65 anos de funcionamento.

A realização dos objetivos estabelecidos para 2018 contou com a colaboração da EDA, S.A., acionista maioritária da empresa, aqui se registando o nosso agradecimento.

[Handwritten signature]

Para finalizar queremos reafirmar o nosso justo apreço a todos os trabalhadores da EDA RENOVAVEIS, pela dedicação demonstrada e empenho colocado na realização das ações desenvolvidas ao longo dos anos, que se traduzem nas metas de produção, cada vez mais ambiciosas e nos resultados da empresa aqui demonstrado, com um benefício que se transmite a todo o Grupo EDA.

[Handwritten notes: CUB, JAR, and other illegible marks]



A EMPRESA

A EDA RENOVÁVEIS é uma sociedade anónima, registada na Conservatória do Registo Comercial a 30 de dezembro de 2013, com sede na Central Geotérmica do Pico Vermelho, Estrada Regional da Lagoa do Fogo, concelho da Ribeira Grande, ilha de S. Miguel, Açores, tendo como objeto social o aproveitamento de recursos renováveis, designadamente de recursos hídricos, eólicos, geotérmicos, solares, resíduos e outros para a produção de eletricidade ou outros fins.

O capital social da sociedade é de vinte e três milhões setecentos e noventa e nove mil e novecentos e setenta euros, representado por quatro milhões setecentos e cinquenta e nove e novecentos e noventa e quatro ações, com o valor nominal de cinco euros cada.

A EDA – Electricidade dos Açores, S.A. e a SEGMA – Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda., detêm, respetivamente, uma participação de 99,68% e de 0,32% do capital social da sociedade.



FACTOS RELEVANTES

No ano de 2018, a produção de energia elétrica a partir de recursos geotérmicos atingiu 204,2 GWh, um acréscimo de 5,8% face ao ano anterior, assinalando-se o primeiro ano completo de produção da Central Geotérmica do Pico Alto.

No ano de 2018 regista-se uma ligeira redução de resultados de produção das centrais hídricas, da EDA Renováveis. O ano hidrológico, que se caracterizou por uma precipitação ligeiramente abaixo dos valores normais, associado à indisponibilidade de produção das centrais hídricas da ilha Terceira, onde decorreu a obra de substituição integral das condutas e às avarias ocorridas no sistema de comando da central hídrica do Varadouro, na ilha do Faial, que causaram indisponibilidades no equipamento, afetaram a produção nessas ilhas. A produção de energia nos parques eólicos apresentou uma melhoria comparativamente ao ano anterior.

Relativamente às concessões dos domínios públicos hídricos tiveram andamento os processos que estavam colocados e que diziam respeito às concessões para as centrais hidroelétricas das ilhas de S. Miguel e das Flores a que se seguirão os processos relativos às ilhas da Terceira e do Faial.

No ano de 2018, assinala-se ainda a implementação do Acordo de Empresa, celebrado no final do ano de 2017.

Ao longo do ano sobressaem, também, outros acontecimentos significativos que importam destacar:

Janeiro

- Celebração de Contrato de concessão de utilização privativa da Ribeira da Praia para produção de Energia Hidroelétrica.

Julho

- Execução do furo de captação de água no Estádio de São Miguel para a Direção Regional do Desporto.

**Setembro**

- Celebração de Contrato de concessão de utilização privativa da Ribeira Grande para produção de Energia Hidroelétrica.

Pub.

**Outubro**

- Reunião com os consultores GeothermEx, ISOR e TARH para análise dos resultados do primeiro ano de exploração da Central Geotérmica do Pico Alto e aferição e definição da estratégia para a localização, alvos, programa e sequência de perfuração para os próximos poços no Campo Geotérmico do Pico Alto.
- Celebração de Contrato de concessão de utilização privativa da Ribeira Quente para produção de Energia Hidroelétrica.

Novembro

- Celebração de Contrato de empreitada para a realização de trabalhos de construção e beneficiação nas Centrais Geotérmicas do Pico Vermelho e Ribeira Grande;
- Celebração de Contrato de prestação de serviços de engenharia para execução do projeto de instalação de bombas redundantes no poço PA4 da Central Geotérmica do Pico Alto.

Dezembro

- Celebração de Contrato de prestação de serviços para a atualização do Sistema de Controlo da Central Geotérmica do Ribeira Grande.
- Celebração de Contrato de prestação de serviços de manutenção corrente e condicionada do grupo turbogerador da Central Geotérmica do Pico Alto.
- Conclusão da empreitada de substituição das condutas forçadas das centrais hídricas da ilha Terceira, que decorreu ao longo do ano de 2018.



ATIVIDADE

Em 2018, a EDA RENOVAVEIS explorou um conjunto de instalações constituído por parques eólicos, centrais hídricas e geotérmicas, nomeadamente:



- 7 parques eólicos nas ilhas de Santa Maria, São Miguel, Terceira, São Jorge, Pico, Faial e Flores, com uma potência total instalada de cerca de 28,6 MW, distribuída por:

Ilha	Parque Eólico	Potência (MW)
Santa Maria	Figueiral	1,50
São Miguel	Graminhais	9,00
Terceira	Serra do Cume	9,00
São Jorge	Pico da Urze	1,80
Pico	Terras do Canto	2,40
Faial	Salão	4,25
Flores	Boca da Vereda	0,60

Numa fase inicial a localização dos parques eólicos foi dirigida para as ilhas mais pequenas, como Santa Maria, Graciosa e São Jorge, onde, para além das razões ambientais, é bem patente o contributo para a redução dos custos com os combustíveis fósseis. Numa segunda fase, foram construídos parques eólicos nas restantes ilhas.

- 12 Centrais Hídricas, com uma potência total de cerca de 8,4 MW, distribuída por:

Ilha	Central Hídrica	Potência (MW)
São Miguel	Salto do Cabrito	0,71
	Tambores	0,11
	Canário	0,40
	Foz Ribeira Quente	0,82
	Ribeira da Praia	0,80
	Nova	0,61
	Tuneis	1,61
Terceira	Nasce D'Água	0,72
	Cidade	0,26
	S. João	0,45
Faial	Varadouro	0,32
Flores	Ribeira Além Fazenda	1,63




Os aproveitamentos hídricos estão localizados em São Miguel, Terceira, Faial, ilhas de maior dimensão, e também na ilha das Flores, devido à abundância do recurso hídrico.



- 3 Centrais Geotérmicas, duas localizadas na ilha de São Miguel e uma na ilha Terceira, com uma potência total de 26,5 MW, distribuída por:

Ilha	Central Geotérmica	Potência (MW)
São Miguel	Pico Vermelho	10,0
	Ribeira Grande	13,0
Terceira	Pico Alto	3,5
Total		26,5

Na ilha de São Miguel, é efetuado o aproveitamento do recurso do campo geotérmico da Ribeira Grande, localizado no flanco norte do vulcão do Fogo, através da operação das Centrais da Ribeira Grande (13 MW) e do Pico Vermelho (10 MW). Na parte sul do campo, designada por sector de Cachaços-Lombadas, a Central da Ribeira Grande é abastecida pelo calor dos fluidos produzidos pelos poços CL1, CL5, CL6 e CL7, enquanto que, na parte norte, designada por sector do Pico Vermelho, a Central do Pico Vermelho é abastecida pelo calor dos fluidos produzidos pelos poços PV2, PV3, PV4, PV7 e PV8. Após utilização nas centrais, o fluido geotérmico é devolvido ao reservatório, com a reinjecção nos sectores de Cachaços-Lombadas e do Pico Vermelho a ser repartida, respetivamente, pelos poços CL4 e CL4-A, e pelos poços PV9, PV10 e PV11. Face à boa permeabilidade dos poços de reinjecção e à sua localização numa elevação inferior à das centrais, a reinjecção ocorre em aspiração, sem necessidades de bombagem.

Na ilha Terceira, é efetuado o aproveitamento do recurso do campo geotérmico do Pico Alto, localizado no vulcão do Pico Alto, através da operação da Central do Pico Alto (3,5 MW). Este é um campo ainda em investigação, em exploração há pouco mais de um ano e onde se dispõe de apenas 5 poços profundos, que atingem 1,1 a 1,9 km de profundidade. A Central do Pico Alto (3,5 MW), em operação desde agosto de 2017, é abastecida pelo calor dos fluidos produzidos pelos poços PA2, PA3 e PA4, e, após utilização na Central, o fluido geotérmico é devolvido ao reservatório profundo no poço PA8, onde a reinjecção ocorre em aspiração, sem necessidades de bombagem, à semelhança do que acontece na Ribeira Grande.

A potência total instalada em centrais hídricas, eólicas e geotérmicas é de cerca de 63,5 MW.

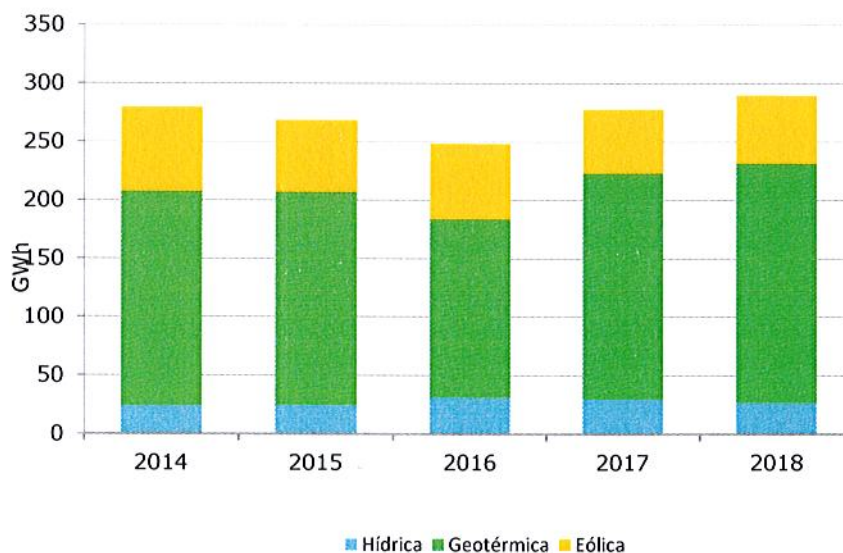
Em 2018, a produção total de energia elétrica atingiu os 289,4 GWh, correspondendo a um aumento de 4,3% relativamente ao ano anterior. As energias de origem hídrica, geotérmica e eólica apresentaram, face ao ano transato, variações de -9,7%, 5,8% e 6,7%, respetivamente.

Handwritten notes:
 ✓
 Cus
 JAC
 DST

Produção de energia renovável por recurso (GWh)

	2014	2015	2016	2017	2018	Var.% 2018/17 (%)
Hídrica	23,8	24,3	30,7	29,4	26,5	-9,7
Geotérmica	182,9	182,0	152,4	193,0	204,2	5,8
Eólica	72,4	61,7	64,9	55,0	58,7	6,7
Total	279,1	268,0	248,0	277,4	289,4	4,3

Do total da produção de energia elétrica renovável (289,4 GWh) 70,6%, foi de origem geotérmica e 20,3% e 9,2% de origem eólica e hídrica, respetivamente.






Produção de energia renovável por ilha e recurso em 2018 (GWh)

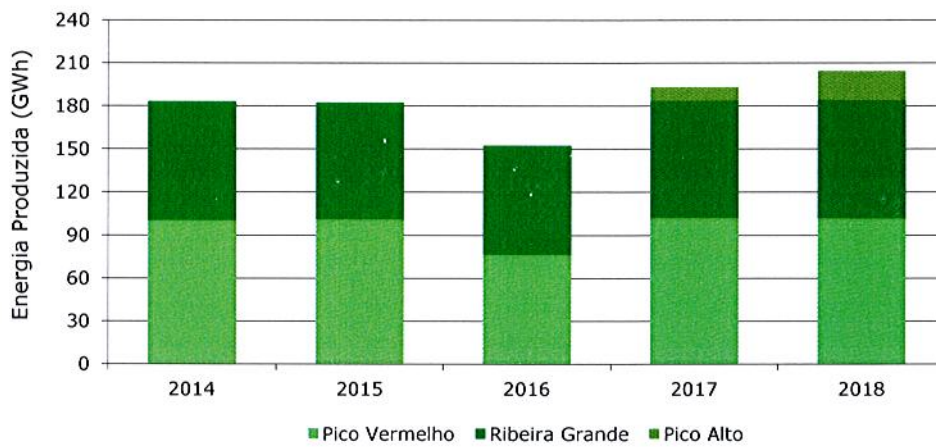
	Geotérmica	Hídrica	Eólica	Total
Santa Maria	-	-	2,8	2,8
S. Miguel	183,6	21,8	18,5	223,9
Terceira	20,6	-	22,9	43,5
S. Jorge	-	-	2,9	2,9
Pico	-	-	5,1	5,1
Faial	-	0,0	6,0	6,0
Flores	-	4,7	0,5	5,2
Total	204,2	26,5	58,7	289,4

Na ilha de São Miguel, a energia renovável emitida pela EDA Renováveis no total da produção de eletricidade do sistema elétrico da ilha representou 51,2%. A fonte geotérmica, durante o ano de 2018, representou 42,0% da produção de eletricidade da ilha de São Miguel, valor este próximo da produção térmica (fuel) que representou 48,6%. A energia hídrica representou 5,0% e a energia eólica 4,2%. Na ilha Terceira, a contribuição da fonte geotérmica foi de 10,8% e da eólica foi de 12,0%.

Exploração de Centrais Geotérmicas

No ano de 2018, a produção de energia elétrica a partir de recursos geotérmicos atingiu 204,2 GWh, contribuindo a Central Geotérmica da Ribeira Grande com 82,2 GWh que operou a uma potência média de 9,4 MW, a Central Geotérmica do Pico Vermelho produziu 101,4 GWh que corresponde a uma potência média de 11,6 MW e a nova Central Geotérmica do Pico Alto contribuiu com 20,6 GWh com potência média de 2,35 MW. De notar que este ano foi o primeiro ano completo de produção da Central Geotérmica do Pico Alto.

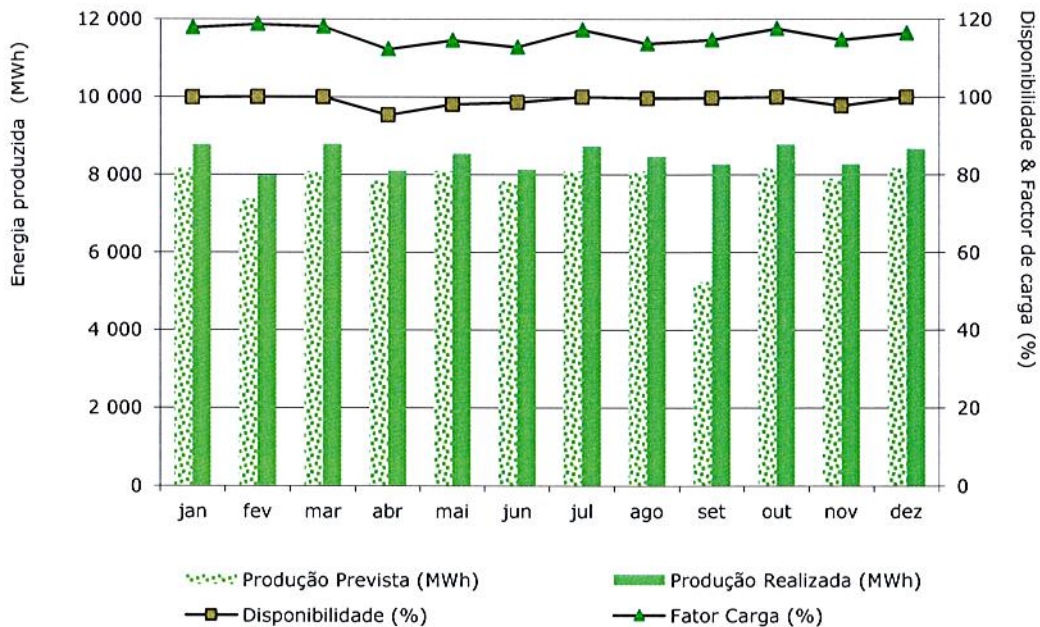
Handwritten signatures and initials in the top right corner.



Evolução da produção das Centrais Geotérmicas

Central Geotérmica do Pico Vermelho

A Central Geotérmica do Pico Vermelho produziu 101,4 GWh no ano 2018, tendo superado a estimativa de produção prevista em cerca de 8,4 GWh. A disponibilidade atingida foi de 99,1% e o fator de carga, quando calculado tendo em conta a potência contratada, de 115,7%.



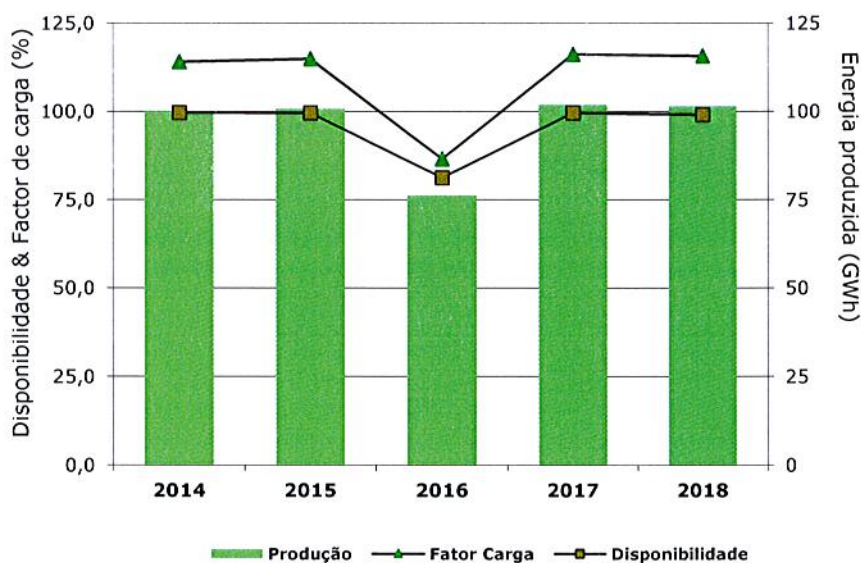
↓
 P.M.
 J.A.
 J.S.T.

Indicadores de produção da Central Geotérmica do Pico Vermelho

Parâmetro	Un.	2017		2018
		Realizado	Previsto	Realizado
Produção	GWh	101,8	93	101,4
Potência Média	MW	11,62	11	11,57
Disponibilidade	%	99,6	96,9	99,1
Fator de carga ⁽¹⁾	%	116,2	106,1	115,7

(1) Quando comparada com a potência contratada.

A Central Geotérmica do Pico Vermelho completou o décimo segundo ano de exploração, continuando-se a demonstrar uma instalação com uma produção muito estável, fruto da boa condição demonstrada pelos equipamentos instalados e da disponibilidade de excedente de fluido geotérmico à cabeça dos poços de produção conjugada com a reserva de potência do grupo gerador, associada à capacidade que vem demonstrando em processar os caudais adicionais disponibilizados aos permutadores de calor e às turbinas.



A Central Geotérmica do Pico Vermelho foi alvo das revisões programadas de frequência semestral do grupo gerador e sistemas auxiliares, assim como foram executadas as inspeções dos sistemas de injeção de inibidor, de acordo com os planos manutenção previstos.

A beneficiação da proteção anticorrosiva de equipamentos e estruturas metálicas da Central foi realizada como previsto. Foram intervencionados os coletores e distribuidores de pentano do aero-condensador do grupo, e parte dos módulos de condensação e da estrutura de metálica de suportes dos módulos, sendo que em 2019 dar-se-á continuidade a esta

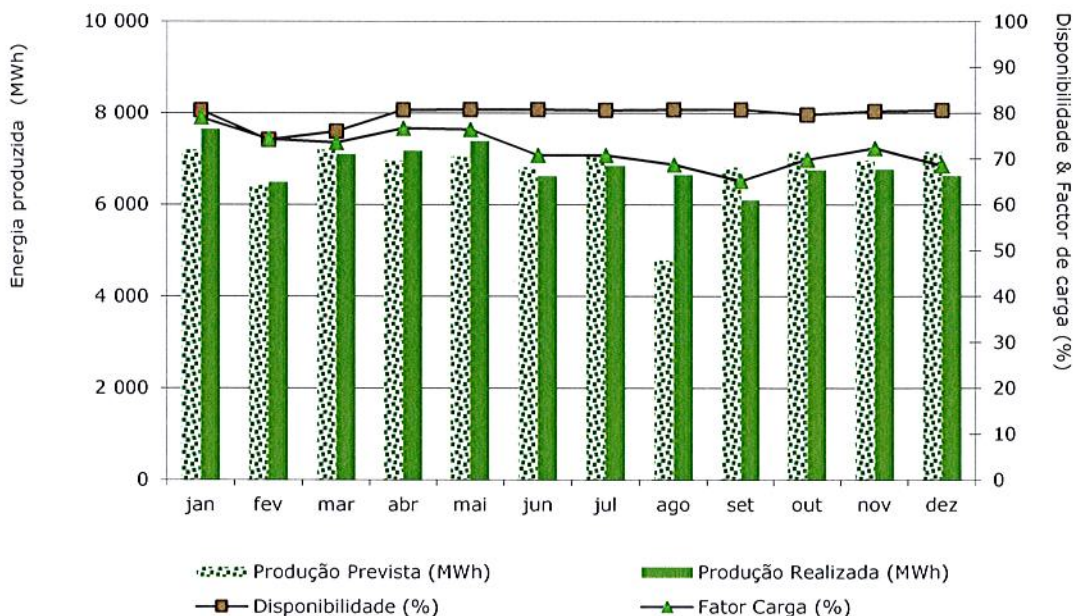
importante atividade de manutenção.

No âmbito dos serviços de proteção anticorrosiva, promoveu-se também a beneficiação dos equipamentos que compõem o encabeçamento dos poços geotérmicos, com a aplicação de produto alta espessura e adequado à temperatura de funcionamento dos poços.

Handwritten notes:
 [Signature]
 Cu
 Af.
 DS

Central Geotérmica da Ribeira Grande

A Central Geotérmica da Ribeira Grande, em 2018, produziu 82,2 GWh, valor ligeiramente superior à produção prevista de 81,6 GWh.



De um modo mais detalhado, os principais indicadores de produção da Central Geotérmica da Ribeira Grande e a evolução da produção anual da central, nos últimos cinco anos, são os seguintes:

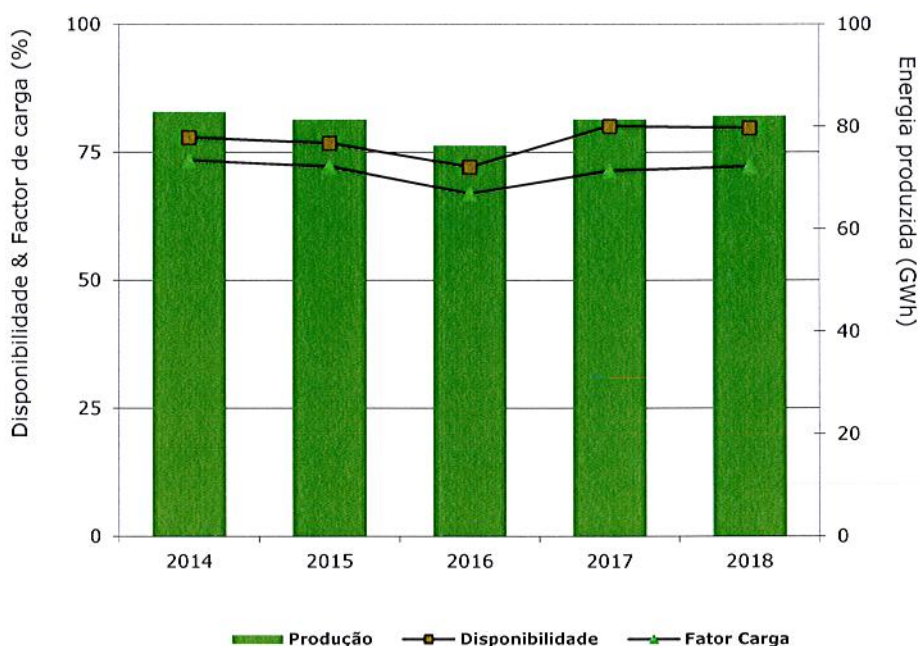
[Handwritten signatures]

Indicadores de produção da Central Geotérmica da Ribeira Grande

Parâmetro	Un.	2017		2018
		Realizado	Previsto	Realizado
Produção	GWh	81,4	81,6	82,2
Potência Média	MW	9,3	9,3	9,4
Disponibilidade	%	80,1	78,3	79,7
Fator de carga ⁽¹⁾	%	71,4	71,7	72,2

[Handwritten signature]

(1) Quando comparada com a potência contratada.



No âmbito das atividades de manutenção programada, foram executadas as revisões dos grupos geradores e sistemas auxiliares, assim como as inspeções dos sistemas de injeção de inibidor, de acordo com os planos manutenção previsto para 2018.

O Grupo 4 da Central Geotérmica da Ribeira Grande foi alvo de beneficiação da proteção anticorrosiva dos módulos de condensação e respetiva estrutura metálica de suporte, prevendo-se dar continuidade dos trabalhos no Grupo 3 em 2019.

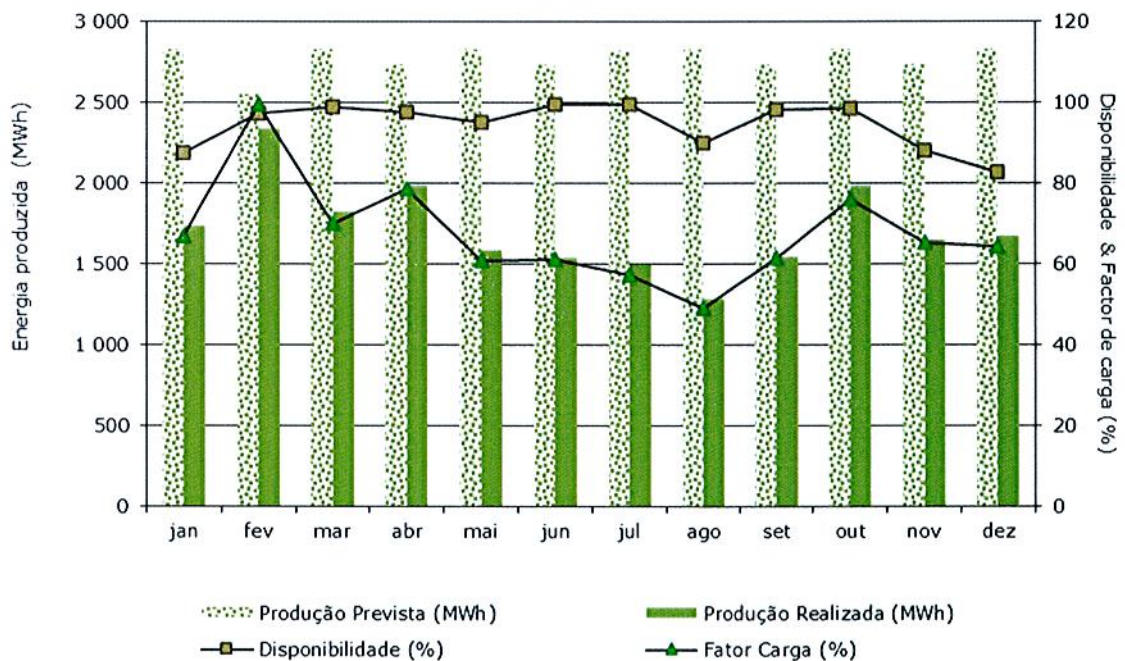
À semelhança do que foi executado nos poços geotérmicos no sector do Pico Vermelho, os equipamentos do encabeçamento dos poços geotérmicos do setor de Cachaços-Lombadas foram também beneficiados ao nível da sua proteção anticorrosiva.

Durante o ano de 2018 continuou a verificar-se um grande número de solicitações e de afluência de visitantes à Central Geotérmica da Ribeira Grande, provenientes de escolas locais e nacionais, assim como visitantes estrangeiros através de agências de viagens, o que continua a demonstrar o grande interesse pelo conhecimento do aproveitamento de energia geotérmica nos Açores.

[Handwritten signatures and initials]

Central Geotérmica do Pico Alto

No ano de 2018, a Central Geotérmica do Pico Alto produziu 20,6 GWh, valor inferior à produção prevista de 33,3 GWh.

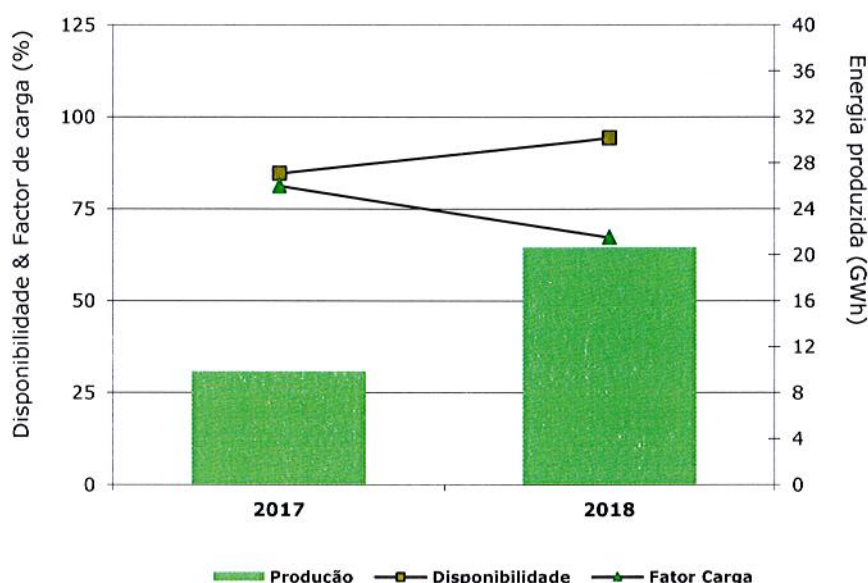


Assim, de um modo mais detalhado, os principais indicadores de produção da Central Geotérmica do Pico Alto previstos e a evolução da produção anual da central, desde agosto de 2017 são os seguintes:




Indicadores de produção da Central Geotérmica do Pico Alto				
Parâmetro	Un.	2017		2018
		Realizado	Previsto	Realizado
Produção	GWh	9,8	33,3	20,6
Potência Média	MW	2,8	4	2,35
Disponibilidade	%	84,6	95	94,3
Fator de carga ⁽¹⁾	%	81,2	108,6	67,2

(1) Quando comparada com a potência contratada.



No âmbito das atividades de manutenção programada, foram executadas as revisões ao grupo gerador e sistemas auxiliares, conforme previsto no Plano de Manutenção de 2018.

A contribuir para o baixo valor de disponibilidade face ao previsto para 2018, existiu a ocorrência de paragens forçadas devido a diversas intervenções pelo fornecedor ao abrigo da garantia.

O fator de carga verificou-se igualmente baixo face ao previsto para 2018, devido às paragens forçadas e indisponibilidade do poço de produção PA3.

Durante o ano de 2018 verificou-se um crescente número de solicitações e de afluência de visitantes à Central Geotérmica do Pico Alto, particularmente ao nível de várias escolas e instituições regionais e nacionais, demonstrando o grande interesse pelo conhecimento do

aproveitamento de energia geotérmica nos Açores.



Exploração de Recursos Geotérmicos

Ao longo de 2018, a Central Geotérmica da Ribeira Grande foi abastecida pelo calor dos fluidos produzidos pelos poços CL1, CL5, CL6 e CL7, os quais, tal como observado nos anos anteriores, mantiveram uma produção relativamente estável. Não obstante, a produção destes poços continuou a revelar-se insuficiente para saturar a potência da Central, conforme já descrito acima nos indicadores de produção. Após a utilização na Central, o fluido geotérmico foi devolvido ao reservatório profundo nos poços de reinjeção CL4 e CL4-A, sem necessidades de bombagem. Quanto aos restantes poços localizados no sector de Cachaços-Lombadas, o CL3 manteve-se como poço de monitorização, garantindo o acompanhamento, em contínuo, da pressão no reservatório, enquanto que o CL2, face ao colapso do revestimento de produção identificado em 2013, foi mantido fora de serviço.

A Central Geotérmica do Pico Vermelho foi abastecida pelo calor dos fluidos produzidos pelos poços PV3, PV4, PV7 e PV8. A produção dos poços manteve-se relativamente estável comparativamente aos anos anteriores. Após utilização na Central, o fluido geotérmico foi devolvido ao reservatório profundo nos poços de reinjecção PV9, PV10 e PV11, sem necessidades de bombagem. Face à elevada produtividade dos poços no sector do Pico Vermelho, o PV2 foi mantido como poço de reserva, e os restantes foram explorados em regimes pequenos de abertura. Neste contexto, no Pico Vermelho continuou a verificar-se uma elevada flexibilidade operacional do parque de poços de produção, com consequente saturação permanente da potência da Central. Quanto ao PV5 e PV6, estes mantiveram-se como poços de monitorização, constatando-se que se mantem a recuperação térmica lenta desta zona do reservatório geotérmico, após ter sido submetida a 8 anos de reinjecção em contínuo (2007-2014).

Na Central Geotérmica do Pico Alto os poços PA2 e PA4 foram produtores preferenciais, usando-se apenas o geofluido do PA3 de forma intermitente, nomeadamente, quando se observou a necessidade de realizar alguma intervenção nos poços PA2 e/ou PA4. O poço de injeção é o PA8 e, até à data, não apresentou problemas na receção efluente da central. O PA1 manteve-se como poço de monitorização.

No âmbito do acompanhamento da resposta do reservatório geotérmico da Ribeira Grande ao

esforço de exploração, foi prosseguido o plano de monitorização do recurso, incluindo o histórico da produção dos poços (caudal, entalpia e pressão à cabeça), a monitorização da pressão e temperatura do reservatório (quer através de diagrafias periódicas, quer através do registo contínuo) e a evolução da composição química dos fluidos produzidos (incluindo a fase líquida, os gases não condensáveis e os isótopos). Ao longo de 2018, e à semelhança dos anos anteriores, o reservatório geotérmico da Ribeira Grande manteve-se muito estável, indicando a exploração sustentável do recurso.

No âmbito das operações de manutenção preventiva dos poços geotérmicos, manteve-se a aplicação de um inibidor químico de precipitação de calcite no interior dos poços de produção, para, dessa forma, proteger a capacidade produtiva dos mesmos. Para além disso, com recurso a globos de cobre de diferentes diâmetros, manteve-se a inspeção periódica da integridade mecânica dos revestimentos de aço, bem como da eventual presença e extensão de incrustações de calcite no interior dos poços.

No âmbito das obrigações de acompanhamento ambiental do campo geotérmico da Ribeira Grande, prosseguiram-se os programas de monitorização sismovulcânica, a cargo do CIVISA, incluindo as componentes da geodesia (deformação do terreno), da geofísica (sismicidade) e da geoquímica (campos fumarólicos), bem como dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos, a cargo do INOVA, não tendo sido identificados impactos imputáveis à exploração geotérmica.

No Campo Geotérmico do Pico Alto manteve-se o plano de monitorização da exploração, muito semelhante ao implementado em S. Miguel, diferindo, no entanto, na periodicidade do acompanhamento, mais apertada, devido à necessidade de caracterização detalhada nos primeiros anos de produção e por se tratar de um reservatório com características diferentes.

Relativamente à monitorização ambiental da exploração do Campo Geotérmico do Pico Alto encontram-se implementados planos de monitorização dos seguintes descritores: ecologia, recursos hídricos, solos, sismo-vulcânico, qualidade do ar e ambiente acústico. Até à data não foram identificados impactes ambientais imputáveis à exploração da Central Geotérmica do Pico Alto.

Adicionalmente aos planos de monitorização descritos, foi dado início à implementação no terreno do Plano de Conservação e Integração Paisagística da Central Geotérmica do Pico Alto, que pretende tomar medidas ativas para a preservação de espécies e habitats endémicos

e/ou protegidos, dentro do espaço da CGPA, incluindo a implementação de uma estrutura verde dissimuladora no perímetro da Central, com utilização de espécies características da região, adaptadas às condições edafoclimáticas e disposta de modo a estabelecer uma certa continuidade física, ecológica e visual com os corredores vegetais existentes na sua envolvente. Este Plano de conservação prevê a plantação de cerca de 45.200 pés/estacas/sementes de espécies lenhosas e herbáceas nativas e/ou endémicas dos Açores.

Inspeção da integridade mecânica dos poços

A deliberação nº 52, do Conselho de Administração, de 6 de junho de 2013, estabeleceu a necessidade de inspeção periódica, a cada 3 a 5 anos, da integridade mecânica dos revestimentos em aço dos poços em serviço no campo geotérmico da Ribeira Grande. A última inspeção havia sido realizada em 2013, pelo que em 2018 havia a necessidade de repetir a verificação da condição mecânica dos poços, estendendo-a também a outros poços onde ainda não tinha sido efetuada. Para o efeito, foram contratados os serviços da empresa EXPRO Americas L.C.C., a mesma que, com sucesso, havia efetuado as anteriores inspeções no campo geotérmico da Ribeira Grande, em 2009 (poços CL2 e CL4) e em 2013 (poços CL1, CL3, CL5, CL6, PV5 e PV6).

Neste contexto, no início de setembro, foi efetuada a inspeção da integridade mecânica dos revestimentos de aço dos poços CL1, CL3, CL4, CL5, PV2, PV3 e PV4. Os trabalhos envolveram a utilização de calibres mecânicos multi-dedos, os quais, ao contactar com as paredes do revestimento durante a descida e subida no interior do poço, produzem o registo do perfil de todo o revestimento, permitindo identificar zonas de desgaste/corrosão e de deformação, bem como a presença e extensão de incrustações minerais.

Em termos genéricos, concluiu-se que os revestimentos dos poços inspecionados se encontram em estado considerado bom a razoável. Não obstante, foi verificado o agravamento do desgaste dos revestimentos dos poços CL1, CL5 e PV2, onde, nalgumas zonas, se registou um aumento do diâmetro interno em cerca de 10%. Adicionalmente, foram identificados desgastes pontuais mais elevados nos revestimentos de produção de 7" nos poços CL4 e PV2, particularmente neste último. Estas situações recomendam que se continue este acompanhamento no futuro próximo, pelo que, para 2019, está já prevista a repetição desta inspeção no PV2, e também a inspeção do poço CL3, onde, em 2018, por falha mecânica do equipamento, não se obtiveram resultados.

Face à presença de uma obstrução no poço PA4 (Campo Geotérmico do Pico Alto, Terceira) e aproveitando a oportunidade de deslocação do técnico e ferramenta para os Açores, decidiu-se realizar a inspeção deste poço, com o intuito de obter mais informações acerca da obstrução parcial existente no poço abaixo dos 700 metros. O objetivo principal era atravessar a zona da obstrução para melhor caracterizar a sua origem através do estudo do seu perfil. No entanto, não foi possível atravessar a obstrução com a ferramenta, face ao seu diâmetro e a seção útil disponível do poço.

Aproveitou-se ainda este trabalho para realizar a inspeção mecânica do poço e, apesar da condição do revestimento de produção oscilar entre o bom e o razoável, identificou-se uma zona, próxima da superfície, com uma penetração pontual elevada. Foram ainda identificadas mais duas penetrações elevadas no revestimento de 9-5/8" fechado que, apesar de elevadas não deverão apresentar problemas de integridade do revestimento em si visto serem pontuais, devendo, contudo, ser alvo de acompanhamento para verificar a sua evolução.

Campo de Desgaseificação nas Caldeiras da Ribeira Grande

No âmbito do acompanhamento do campo de desgaseificação das Caldeiras da Ribeira Grande, em 2018 foi mantido o programa de monitorização sismovulcânica, conduzido pelo CIVISA, nos terrenos envolventes ao Lugar das Caldeiras. Os resultados confirmaram a tendência de estabilização da área global do campo fumarólico, mantendo-se a intensidade da desgaseificação. No mesmo âmbito, foi mantida a vigilância da qualidade do ar no interior dos edifícios que constituem o Lugar das Caldeiras, também conduzida pelo CIVISA, através da rede que se encontra em operação desde 2012. Esta vigilância tem garantido a proteção dos moradores e dos utilizadores dos espaços públicos.

Relativamente às medidas compensatórias tomadas em 2018, em fevereiro foi efetuada a compensação, aos proprietários dos edifícios do Lugar das Caldeiras, dos custos de eletricidade referentes à operação dos equipamentos de vigilância e sistemas de ventilação, abrangendo o período de janeiro a dezembro de 2017; e, em novembro, foram indemnizados os prejuízos de exploração, aos rendeiros dos terrenos afetados pela anomalia térmica, causados pela perda de produtividade agropecuária durante o último ano agrícola (entre novembro de 2017 e outubro de 2018).

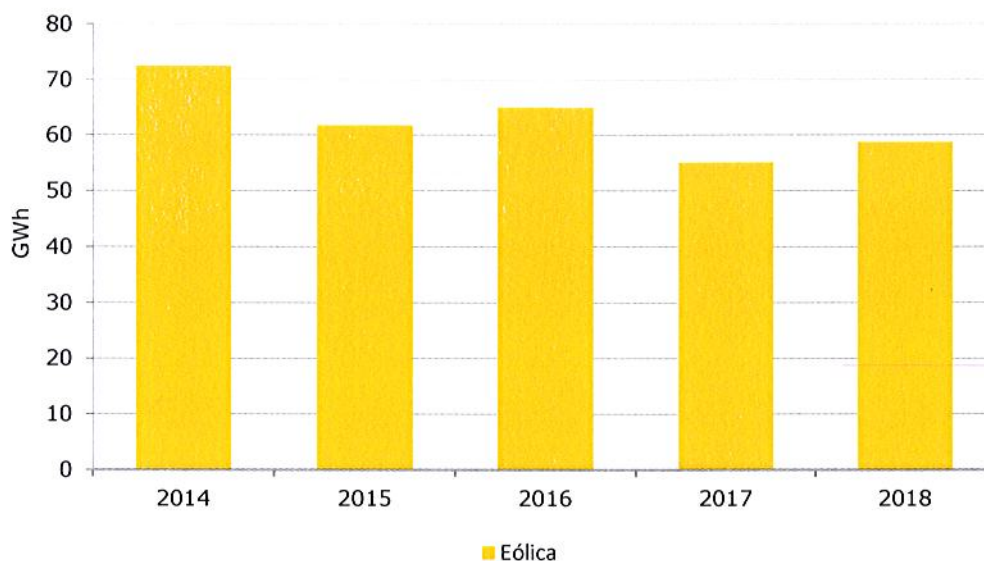
Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'DST' and 'PST'.

Exploração de Parques Eólicos

A produção anual de energia elétrica de origem eólica atingiu os 58,7 GWh, correspondendo a um acréscimo de 6,7% relativamente ao ano anterior (55,0 GWh). Este acréscimo deve-se a um aumento do recurso eólico disponível ao longo do ano.

Produção de energia eólica (GWh)

	2014	2015	2016	2017	2018	Var.% 2018/17
Eólica	72,4	61,7	64,9	55,0	58,7	6,7



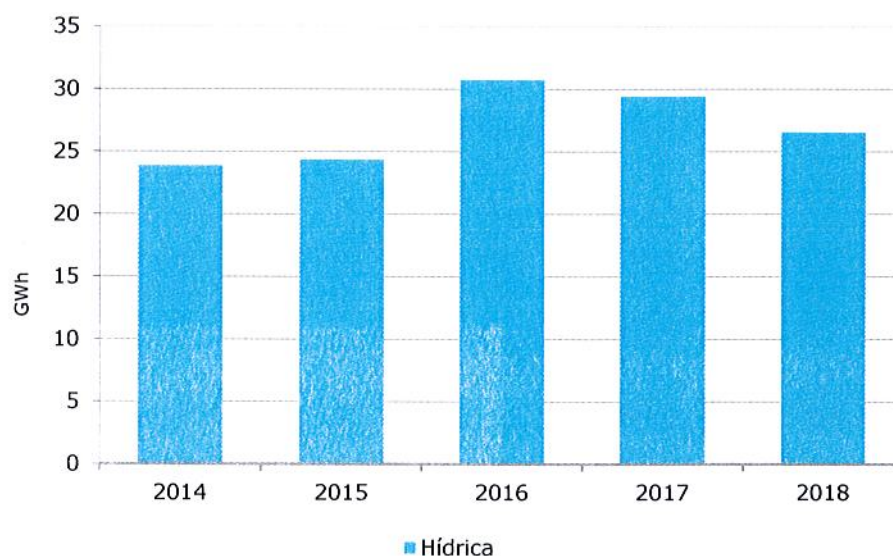
Exploração de Centrais Hidroelétricas

O ano de 2018 foi propício para uma normal produção de energia hidroelétrica, caracterizado por uma precipitação regular, um pouco abaixo da média histórica. A produção do ano ascendeu assim a 26,5 GWh, correspondendo a um decréscimo de 9,8% relativamente ao ano anterior (29,4 GWh). Esta produção reflete ainda as indisponibilidades de produção registadas nas centrais da ilha Terceira e do Faial.

Produção de energia hídrica (GWh)

	2014	2015	2016	2017	2018	Var.% 2018/17
Hídrica	23,8	24,3	30,7	29,4	26,5	-9,8

de CUs.
for
DST


Outras Atividades

No âmbito das atividades de pesquisa e captação de água subterrânea, a EDA RENOVÁVEIS executou um furo de captação de água subterrânea - ER2, nas instalações do Estádio de São Miguel. O furo foi contratado à EDA RENOVÁVEIS pela Direção Regional do Desporto, com o objetivo de captar o aquífero costeiro e disponibilizar água para a rega do relvado.

O furo foi executado entre 25 de junho e 16 de julho, com recurso à sonda de perfuração Ingersoll Rand RD-20 da EDA RENOVÁVEIS. Os trabalhos envolveram a perfuração à roto-percussão, com diâmetro de 12-1/4", até aos 100 metros de profundidade (12 metros abaixo do nível médio do mar), o desenvolvimento da captação e a execução do respetivo ensaio de caudal. Dos trabalhos resultaram recomendações para a exploração do furo, incluindo a tipologia da bomba a instalar, o seu posicionamento no interior do furo, e qual o regime de exploração a adotar.

INVESTIMENTO

Em 2018, o investimento realizado, a custos técnicos foi de 2,9 milhões de euros. O volume de investimento realizado resulta em especial da substituição das condutas dos aproveitamentos hidroelétricos de São João, Nasce Água e Cidade, na ilha Terceira.

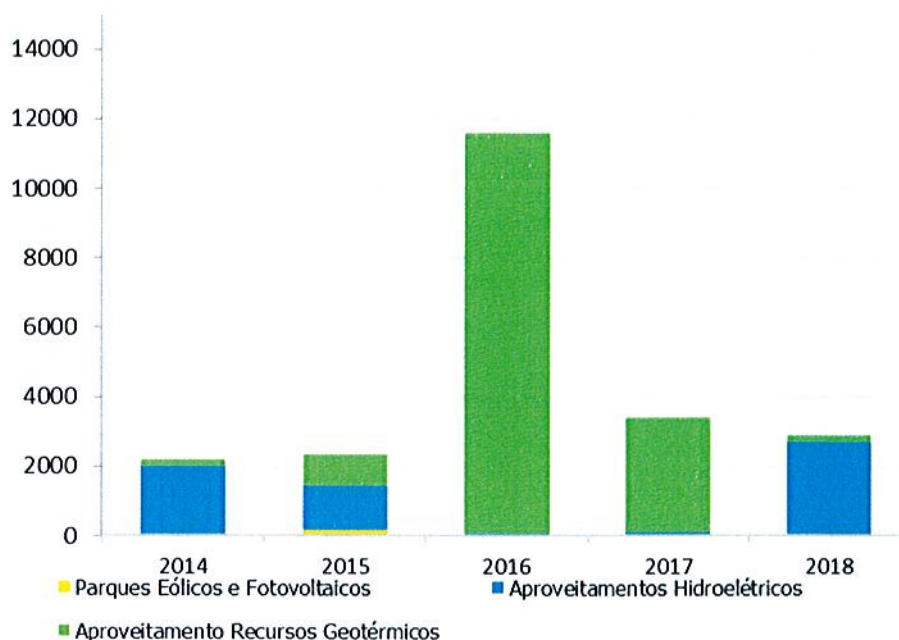
Handwritten notes:
 PU
 DST
 [Signature]

Investimento realizado em 2018 (10³ euros)

Investimento (Custos Técnicos)	2 898
Aproveitamento Recursos Geotérmicos	206
Bombas cond. Redundate Vaporização CGPV	162
Execução de poços geotérmicos no Sector Cachaços Lombada	1
Ensaio e Prospeção adicional Campo Geotérmico do Pico Alto	43
Aproveitamentos Hidroelétricos	2 665
Aproveitamento Hidroelétrico da Ribeira Grande	47
Substituição de condutas das centrais hídricas da ilha Terceira	2 618
Aproveitamentos Eólicos e Fotovoltaicos	27
Parque Fotovoltaico de Santa Maria	26
Parque Fotovoltaico do Corvo	1

Investimento a custos técnicos de 2014 a 2018 (10³ euros)

	2014	2015	2016	2017	2018
Parques Eólicos e Fotovoltaicos	0	149	16	42	27
Aproveitamentos Hidroelétricos	2 012	1 318	63	90	2 665
Aproveitamento Recursos Geotérmicos	180	877	11 513	3 261	206
Total	2 192	2 344	11 592	3 393	2 898



Investimento a custos técnicos (10³euros)

A EDA RENOVÁVEIS integra a estratégia de promoção da EDA de melhoria da taxa de penetração de energia renovável na Região a par de uma correta integração com os restantes meios de produção existentes nas diferentes ilhas.

Projetos de Expansão da Capacidade de Geração

No âmbito da expansão da capacidade de geração a partir dos aproveitamentos geotérmicos, em 2019-2021 será desenvolvida uma campanha de perfuração que contempla a execução de 6 poços em São Miguel e 3 na Terceira, tendo em vista reforçar a captação de fluido geotérmico e permitir o desenvolvimento dos seguintes projetos de investimento:

- i) Saturar a potência instalada na Central Geotérmica da Ribeira Grande, para o que serão executados os poços CL8, CL9 e CL10;
- ii) Expandir a capacidade de geração da Central Geotérmica do Pico Vermelho, passando dos atuais 10 para 15 MW, para o que serão executados os poços PV12, PV13 e PV14;
- iii) Saturar a potência instalada na Central Geotérmica do Pico Alto, e, por forma a desenvolver a expansão da capacidade de geração dos atuais 3,5 para 10 MW, para o que serão executados os poços PA5, PA6 e PA7.

Para o efeito, em 2018, foram desenvolvidas as atividades preparatórias com vista à execução dos poços, incluindo os documentos da consulta internacional para a contratação dos serviços de perfuração, bem como para a aquisição de equipamentos e materiais. Foi também iniciada a preparação das peças da consulta para a contratação dos serviços de construção civil das plataformas de perfuração e respetivos acessos.

No Pico Alto, foram concluídos os Projetos de Execução das plataformas A, C e E, para a execução dos poços PA5, PA6 e PA7, e foram também concluídas as peças do RECAPE dos poços PA5, PA6 e PA7, o qual foi submetido à apreciação da Autoridade Ambiental em janeiro de 2019. Incluso no RECAPE, foi ainda concluído e submetido o relatório detalhado das medidas mitigadoras e compensatórias para dinamização da recuperação ambiental da zona envolvente da plataforma C, em face da sua localização numa zona protegida para a Gestão de Habitats, classificada como “Turfeira alta degradada ainda suscetível de regeneração natural”, dando-se, assim, cumprimento às condições da aprovação, condicionalmente favorável, pela Direção Regional do Ambiente, em 2017, para a execução de um poço na plataforma C.

Obras de investimento da Central Geotérmica do Pico Vermelho

Na Central Geotérmica do Pico Vermelho, e no âmbito da exploração do grupo gerador, realizou-se em 2018 a contratação da obra de construção de duas linhas de derivação de condensados dos vaporizadores para o coletor de injeção, permitindo realizar a manutenção das bombas de condensados sem a paragem do grupo e maximizar a disponibilidade do equipamento de geração.

Construção de Parques Fotovoltaicos nas ilhas de S. Maria e Corvo

Durante o ano de 2018 foram desenvolvidos os projetos e os processos de concurso necessários à execução dos parques fotovoltaicos nas ilhas de Sta. Maria e Corvo.

Relativamente ao parque fotovoltaico de Santa Maria foram adjudicadas as empreitadas para o fornecimento de painéis solares fotovoltaicos, inversores, cabos e estruturas de suporte para o projeto, bem como a empreitada de realização dos trabalhos de construção civil que compreendem o edifício da subestação e da rede de infraestruturas subterrâneas necessárias.

de C. U. B.
for
D. S. J.

Relativamente ao parque fotovoltaico da ilha do Corvo foi adjudicada a vedação dos terrenos adquiridos, na zona do Pão de Açúcar, anexos aos terrenos da Câmara Municipal da Vila do Corvo, e efetuada uma consulta para o fornecimento de painéis solares fotovoltaicos, inversores, cabos e estruturas de suporte. Foi igualmente dado seguimento se prosseguiu aos projetos necessários para a interligação em baixa tensão à rede elétrica existente.

Substituição das Conduas das Centrais hídricas da ilha Terceira

A empreitada de Substituição Integral das Conduas das Centrais Hídricas da ilha Terceira foi consignada em setembro de 2017, tendo ficado praticamente concluída no final do ano de 2018. Os testes finais de receção de equipamentos, ensaios de pressão das conduas e vistorias às componentes de construção civil ocorreram já em janeiro de 2019. Paralelamente a esta empreitada, com os meios internos da empresa, ou com o recurso a prestações de serviço, decorreram trabalhos de beneficiação e manutenção de todos os acessórios que ainda não haviam sido sujeitos a intervenções com vista à garantia da perfeita operacionalidade desta estrutura.

RECURSOS HUMANOS

O número total de trabalhadores ao serviço na EDA RENOVAVEIS, S. A, no final de 2018, correspondeu a 63, dos quais 9 trabalhadores são cedidos pela EDA, S. A.

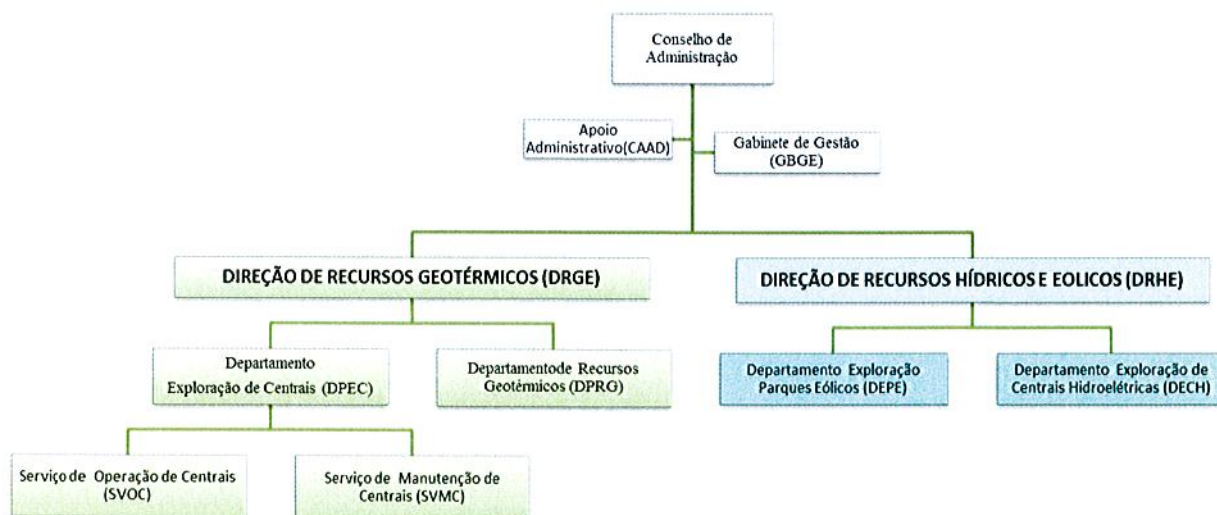
No início de outubro foi contratado um Auxiliar de Manutenção para a implementação no terreno do Plano de Conservação e Integração Paisagística da Central Geotérmica do Pico Alto para realizar funções de manuseamento de espécies endémicas e/ou protegidas.

No âmbito da valorização dos recursos humanos, através da formação profissional, foram desenvolvidas as ações de formação dos quadros superiores e das equipas de operação e manutenção, conforme se descreve seguidamente:

- Curso de formação em Primeiros Socorros, dirigido aos Administradores. Esta formação foi ministrada pela NORMA, nos dias 6 e 7 de março, em Ponta Delgada;
- Curso de formação especializado em "Evolução de modelos conceptuais de recursos geotérmicos, desde a fase de prospeção e pesquisa até às fases de exploração e gestão do reservatório", dirigido a 2 elementos da equipa de quadros superiores da DRGE. Esta formação foi ministrada por especialistas na indústria geotérmica, em 12 e 13 de outubro, em Reno, nos EUA, no âmbito da 42.ª Conferência do *Geothermal Resources Council*;
- Curso de formação especializado em "Estratégias de desenvolvimento de projetos geotérmicos e avaliação económica do investimento", dirigido a 1 administrador. Esta formação foi ministrada por especialistas da indústria geotérmica, em 12 e 13 de outubro, em Reno, nos EUA, no âmbito da 42.ª Conferência do *Geothermal Resources Council*;
- Participação nas Jornadas de Higiene, Segurança e Saúde no Trabalho, por 5 elementos da equipa de quadro superiores da DRGE, organizadas pela GECITE Açor, e que decorreram nos dias 18 e 19 de outubro, na Ribeira Grande;
- Curso de formação em AutoCAD 2D, dirigido à equipa de quadros superiores da DRGE e DRHE. Esta formação foi ministrada pela Academia Lusocuanza, a qual corresponde a uma entidade formadora certificada pela Autodesk. A formação decorreu entre os dias 3 e 5 de dezembro, nas instalações da EDA RENOVAVEIS em Ponta Delgada;
- Ação de sensibilização em organizações de emergência (MAP e ATEX), a 29 de janeiro, sendo dirigida a toda a equipa da Central Geotérmica do Pico Alto;

- Ação de formação Grupo coordenador de emergência, a 30 de janeiro, sendo dirigida aos quadros superiores e encarregado da Central Geotérmica do Pico Alto;
- Ação de formação em combate a incêndios, a 14 e 15 de março, sendo dirigida a toda a equipa da Central Geotérmica do Pico Alto;
- Ação de formação em cadeias de controlo, a 4, 5 e 7 de junho, sendo dirigida às equipas de operação e manutenção da Central Geotérmica do Pico Alto
- Ação de formação / refrescamento de trabalhos e resgate em altura ministrada aos técnicos que trabalham nos aerogeradores, que decorreu em outubro no Parque Eólico do Figueiral, na ilha de Santa Maria;
- Ação de formação em energia solar fotovoltaica seleção de localizações, avaliação de recurso e simulação do funcionamento e de estimativas com o recurso a software informático específico aos quadros da empresa da área, realizada no mês de novembro.

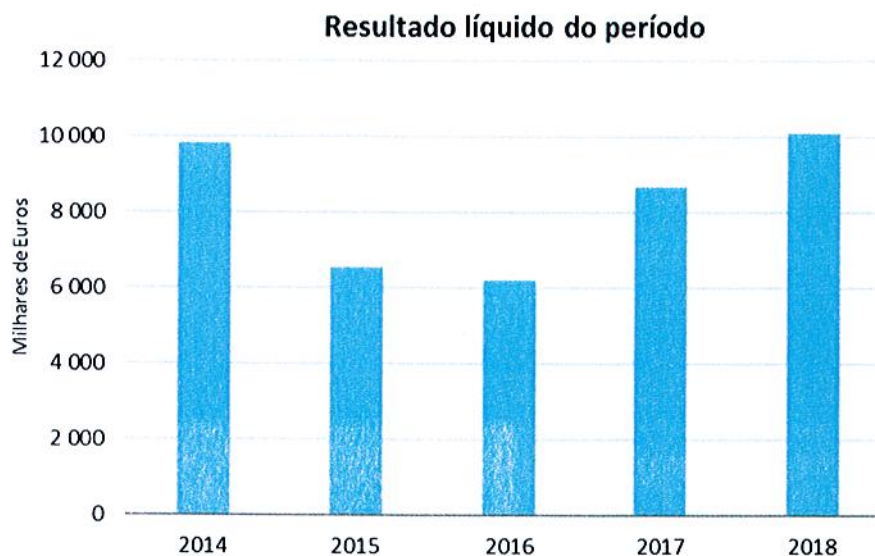
A organização da empresa assenta na seguinte estrutura:



CH

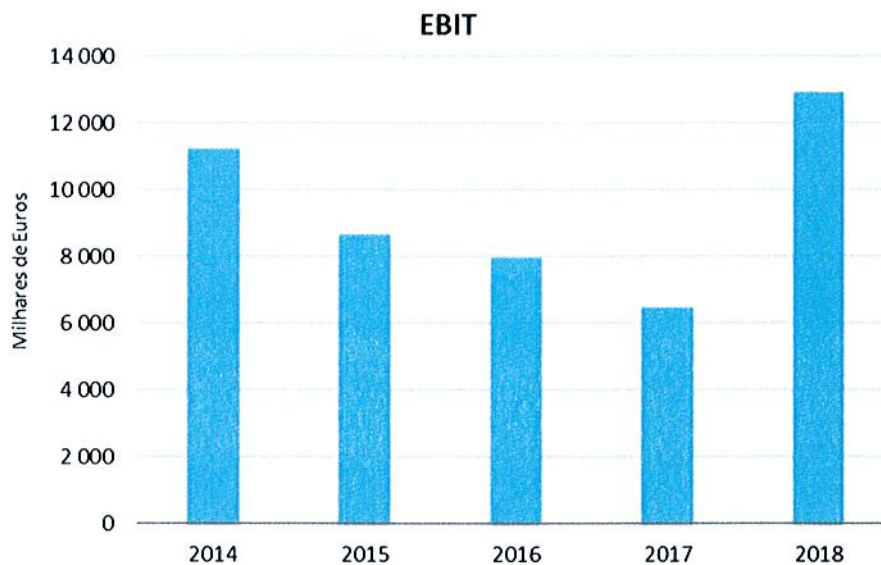

INFORMAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA
RESULTADOS

O Resultado Líquido do Período de 2018, totalizou 10 111 mil euros. Face a 2017, apresenta uma variação de 16%, equivalente a aproximadamente 1 411 mil euros.

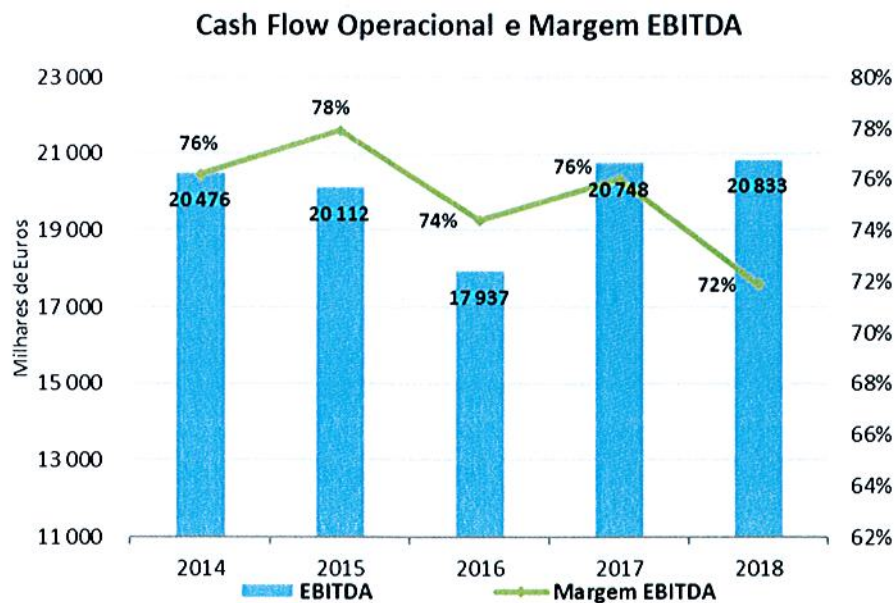


Os Resultados Operacionais (EBIT), fixaram-se em 12 924 mil euros, mais 6 437 mil euros que o período homólogo. Os Rendimentos Operacionais ascenderam a 30 244 mil euros, apresentando uma variação de 1% relativamente ao valor verificado em 2017, que totalizou 29 969 mil euros. Os Gastos Operacionais, atingiram os 17 320 mil euros, o que significa uma redução de 26% face ao ano anterior. O aumento do EBIT traduz o decréscimo desses gastos, sobretudo, ao nível das imparidades de investimentos e amortizações.

pu
de
de
de



O EBITDA (Resultado Antes de Depreciações, Gastos de Financiamento e Impostos) em 2018 apresenta o valor de 20 833 mil euros, com uma variação pouco significativa face ao ano anterior.



A Margem EBITDA (EBITDA/Vendas e Serviços Prestados), diminui para 72%, em 2018 (em 2017 foi 76%), decorrente do aumento do volume de negócios para o mesmo nível de EBITDA.

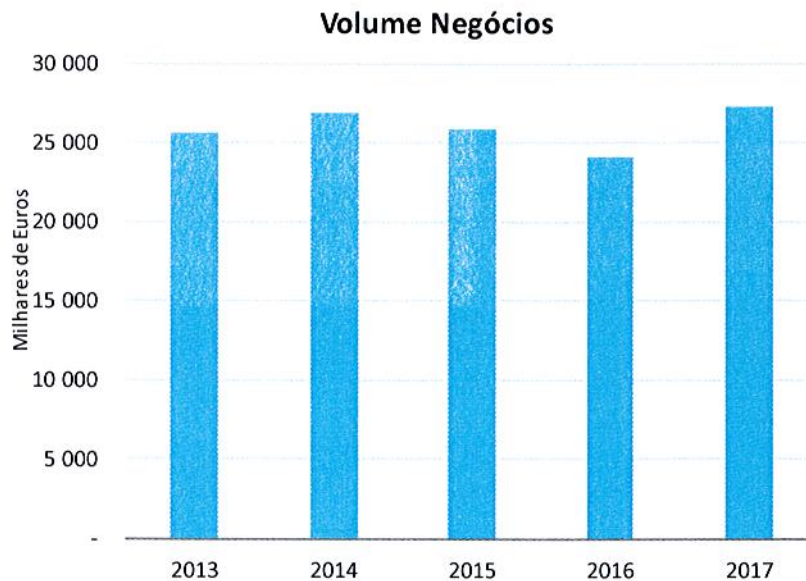
Handwritten initials

Handwritten signatures and initials

RENDIMENTOS E GASTOS

Para o ano em análise, o Volume de Negócios, atingiu o montante de 28 977 mil euros, representando as vendas de energia elétrica a quase totalidade do valor. A energia vendida pela EDA Renováveis é produzida a partir de fonte geotérmica, eólica e hídrica, tendo as vendas atingido, respetivamente, 20 437 mil euros, 5 880 mil euros e 2 660 mil euros.

Em 2018, a produção de energia geotérmica foi de 204,2 GWh, o que representa um acréscimo, face a 2017, de 5,8%. O acréscimo de produção da geotermia deveu-se, sobretudo, ao primeiro ano completo em exploração da central geotérmica do Pico Alto, na ilha Terceira. A produção hídrica foi de 26,5 GWh e a produção eólica de 58,7 GWh, representando, face ao ano anterior, uma diminuição de 9,7% para a energia hídrica e um aumento de 6,7% no caso da eólica.



A rubrica de Outros Rendimentos e Ganhos refere-se, sobretudo, ao reconhecimento dos subsídios ao investimento não reembolsáveis, repartidos por 913 mil euros à produção geotérmica e 195 mil euros à produção eólica e hídrica.

Em termos dos Gastos e Perdas e da sua estrutura, observa-se que a rubrica com maior relevância é a de Gastos de Depreciação e de Amortização, com o montante de 7 909 mil euros.

Os Fornecimentos e Serviços Externos registaram 4 797 mil euros, menos 142 mil euros que no ano anterior. Em termos de estrutura, as rubricas de Conservação e reparação, Trabalhos

Especializados, Subcontratos e Seguros são as que representam a maior parcela de Fornecimentos e Serviços Externos. A rubrica de Conservação e Reparação refere-se essencialmente a gastos com a aquisição de material a incorporar na conservação do equipamento produtivo da empresa. Os Trabalhos Especializados incluem os serviços de informática, os honorários para a revisão legal das contas e auditoria e serviços contratados de monitorização de campos geotérmicos e parques eólicos e serviços de apoio às áreas administrativas. Os valores registados em Seguros são referentes a contratos de Seguros para os trabalhos de exploração de recursos geotérmicos e parques eólicos. Os gastos com Subcontratos dizem respeito essencialmente à cedência de pessoal da Eletricidade dos Açores, S.A. à empresa.

Os Gastos com o Pessoal registaram um aumento de 14%, em relação a 2017, totalizando 1 759 mil euros. Em dezembro de 2018, a EDAR conta com 54 trabalhadores.

Os Outros Gastos e Perdas apresentam o montante de 2 586 mil euros, o que reflete um aumento de 5% relativamente a 2017. A rubrica Impostos e Taxas, com o valor de 2 533 mil euros, foi a que mais impacto teve nesta variação, com um acréscimo de 5,6%. Em 2017, esta mesma rubrica ascendia a 2 399 mil euros. Os montantes aqui registados dizem respeito, essencialmente, à taxa de compensação financeira (12,5% e 10% das vendas de energia geotérmica em São Miguel e Terceira, respetivamente) a pagar à Região Autónoma dos Açores, pela exploração dos recursos geotérmicos. O seu aumento reflete a evolução das vendas de energia geotérmica.

Os Gastos de depreciação e amortização apresentam o montante de 7 909 mil euros, o que reflete um decréscimo de 24% relativamente a 2017, devido ao facto da CGRG – Fase A ter ficado na totalidade amortizada em 2017.

De acordo com os estudos e pareceres técnicos internos e de especialistas de referência no setor o Campo Geotérmico do Pico Alto, na ilha Terceira foi identificado como uma área geral de interesse comercial para efeitos de produção de energia elétrica. O investimento efetuado, financiado a fundo perdido pelo Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu 2009-2014 e pelo European Economic Area Grants, no valor de 8.008.804 euros, foi de 40.966.698 euros.

Este investimento é anualmente sujeito a testes de imparidade, uma vez que se adotou o

critério contabilístico de capitalização dos gastos com a pesquisa e o exercício efetuado em 2018, determinou um valor de uso dos ativos de 9 204 843 euros, valor este superior em 184 484 euros ao valor do ativo líquido registado, 9 002 360 euros, pelo que se considerou manter a imparidade acumulada à data de 2017, no valor de 21 811 479 euros.

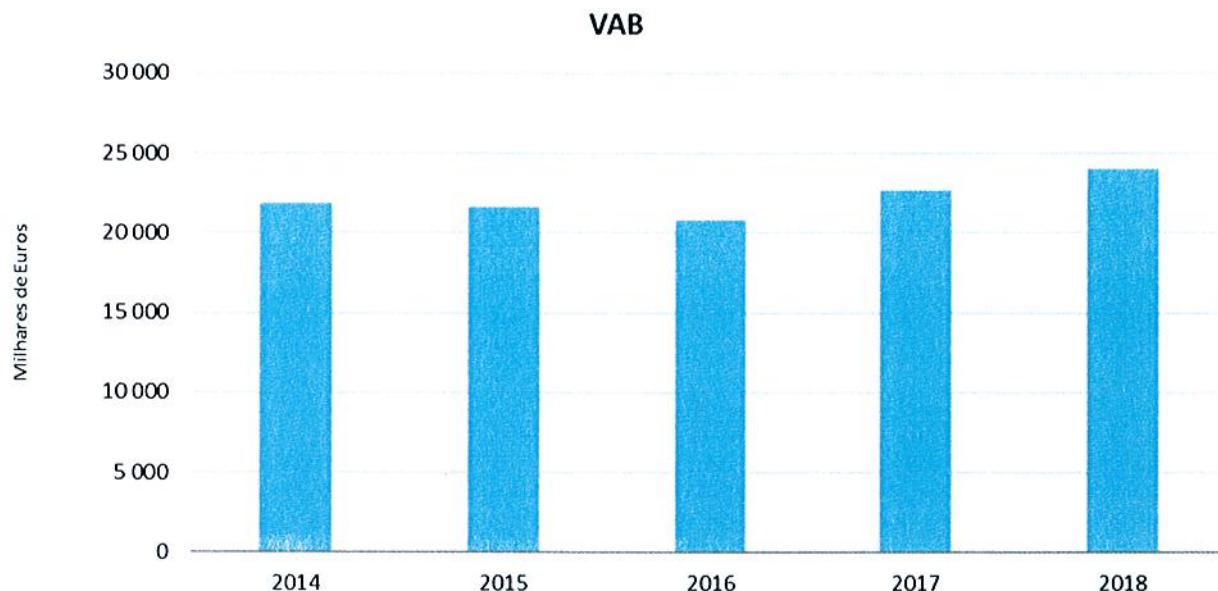
Tendo em consideração o risco elevado deste campo geotérmico, optou-se numa primeira fase pela construção de uma central geotérmica de 3,5 MW, que entrou em exploração setembro de 2017. Esta central suporta a expansão da capacidade produtiva até 10 MW, num investimento que se estima em 13 milhões de euros. Assim, considerando a possibilidade de declínio de produtividade, foi previsto uma nova campanha de perfuração de 2/3 poços geotérmicos, direcionais até uma profundidade máxima de cerca de 2.000 metros, a ocorrer nos anos de 2019 e 2020.

O cálculo do valor de uso dos ativos assentou na atualização dos fluxos de caixa futuros estimados, tendo por base os pressupostos de investimento atrás referenciados para reforço da produtividade do campo geotérmico e de expansão da central, uma vida útil de 20 anos, um custo médio ponderado do capital (WACC) de 7,74%, que comparativamente ao ano anterior incorpora as alterações de comportamento dos mercados financeiros, os pressupostos de produção considerados no Plano Plurianual e Orçamento para 2019 e uma análise de sensibilidade de +/- 10% dos fluxos de caixa e 1% do Custo Médio Ponderado do Capital (WACC).

Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'CH', 'J', 'A.', and 'DST'.

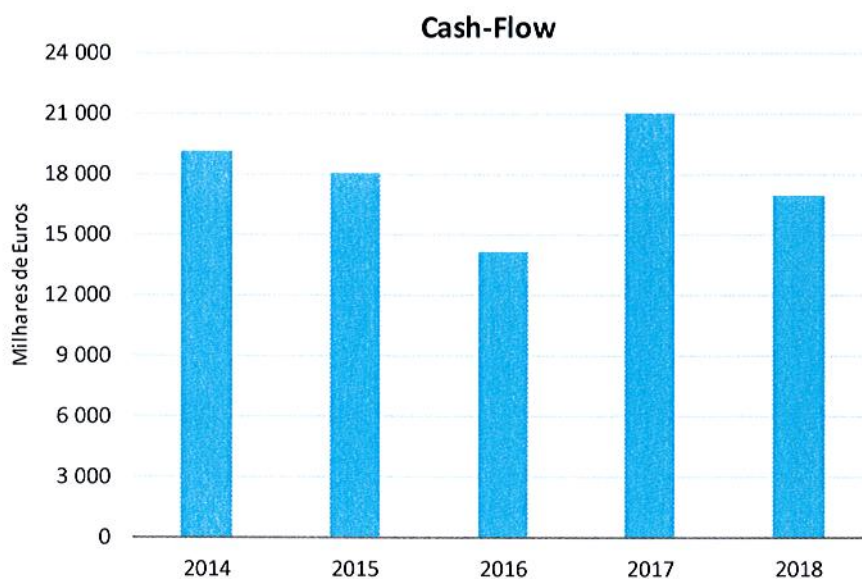
VALOR ACRESCENTADO BRUTO E CASH-FLOW

No presente exercício, o Valor Acrescentado Bruto calculado para a EDA Renováveis é de 24 028 mil euros, superior ao verificado em 2017 em 1 329 mil euros.



O VAB por trabalhador apresenta um montante de 381 mil euros, superior em 6% ao montante apresentado no ano anterior, em resultado do aumento do VAB.

O Cash-Flow líquido gerado no exercício de 2018, no valor de 16 911 mil euros, sofreu uma diminuição relativamente ao valor registado em 2017, na ordem dos 4 103 mil euros, essencialmente em resultado do reforço nesse ano da imparidade do Pico Alto.



(Handwritten signatures and initials)

SITUAÇÃO PATRIMONIAL

No final de 2018, o Balanço da EDA Renováveis apresenta um Ativo Líquido Total de 125 142 mil euros. No ano anterior, o Ativo Total era de 123 224 mil euros.

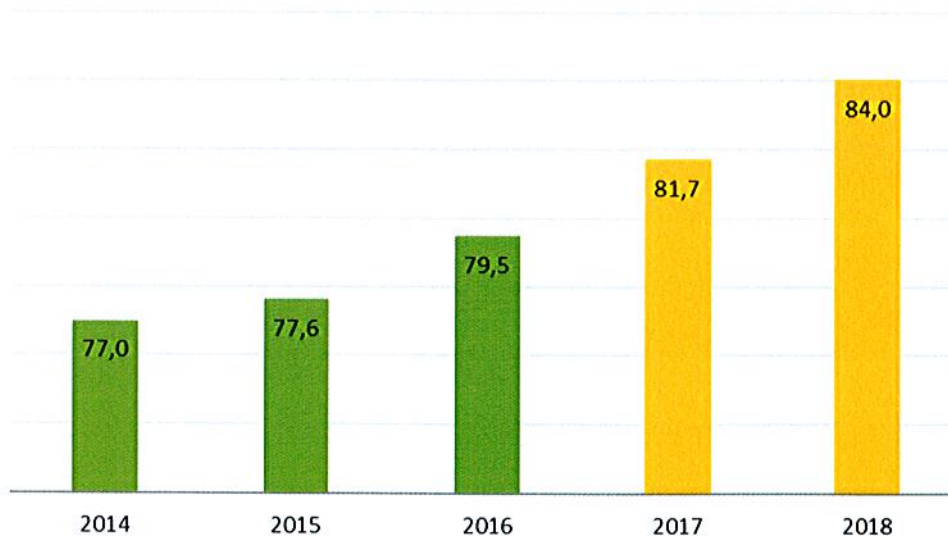
O valor do ativo fixo tangível atinge 68 020 mil euros, menos 5 078 mil euros que no ano anterior, em resultado do efeito combinado do investimento realizado no ano e das amortizações do exercício.

Relativamente ao ativo corrente salienta-se o montante relativo à cedência de excedentes de tesouraria, remunerados à taxa anual de 0,17%, no valor de 44 810 mil euros, no final de 2018 à Electricidade dos Açores, S.A., e que apresenta um aumento no valor de 7 090 mil euros, relativamente ao verificado em 2017.

O Passivo Total regista o valor de 19 963 mil euros, menos 11% que o valor de 2017. Destacam-se os financiamentos obtidos que, no total, atingem o valor de 6 904 mil euros, tendo diminuído 26% relativamente ao ano transato. Os financiamentos a médio e longo prazo representam 70% do total, ou seja, 4 857 mil euros, enquanto que os de curto prazo atingem os 2 047 mil euros. Realçam-se ainda as provisões reconhecidas para gastos de desmantelamento a incorrer no final do período de exploração dos aproveitamentos eólicos e que representam 14,5% do passivo total.

Os Capitais Próprios da EDA Renováveis atingiram, neste exercício, os 105 179 mil euros, dos quais 10 111 mil euros correspondem ao resultado líquido do exercício.

Autonomia Financeira (%)

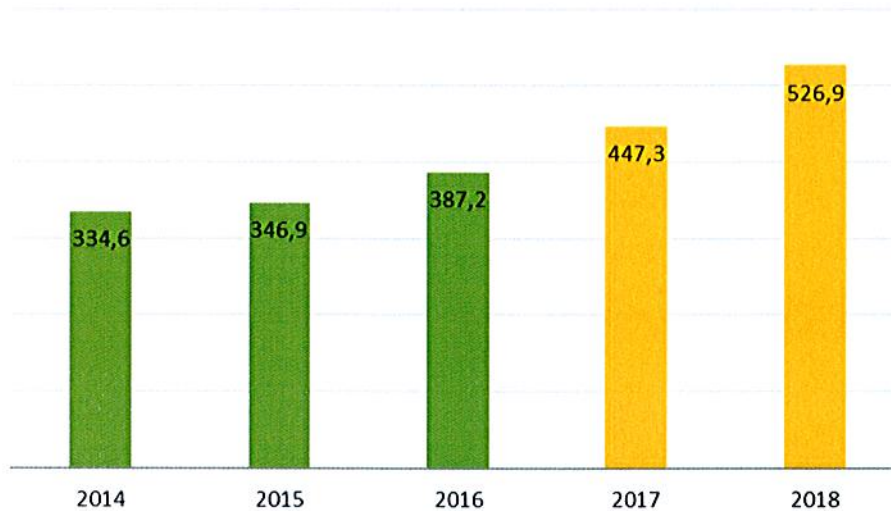


CP
de
fac
Ph.
Dst

Regista-se a melhoria da Autonomia Financeira (Capital Próprio/Total Ativo), atingindo este rácio os 84%, explicado pelo aumento do Capital Próprio.

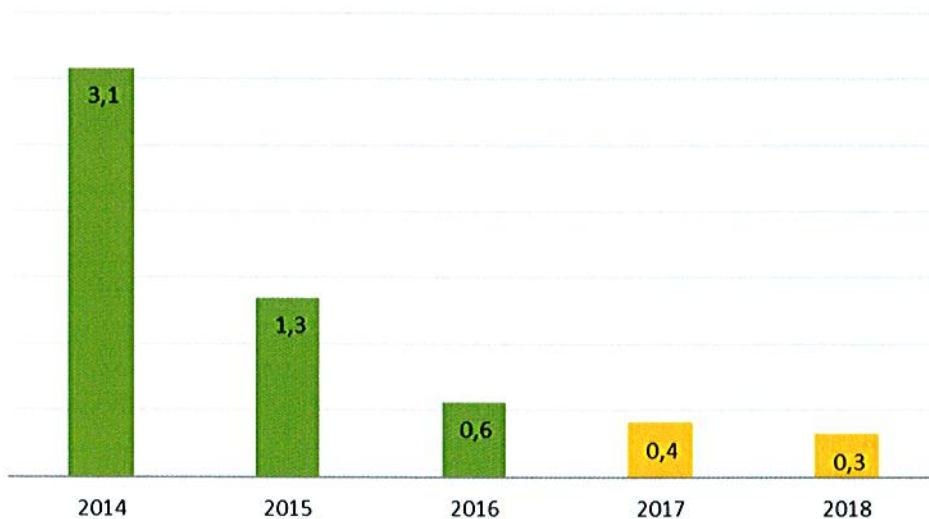
O indicador da Solvabilidade (Capital Próprio/Capital Alheio) apresenta igualmente uma evolução positiva, comparativamente a 2017, subindo de 447% para 527%. Esta subida deveu-se ao facto de se ter observado uma descida do capital alheio (11%) e um aumento do capital próprio (4%).

Solvabilidade (%)



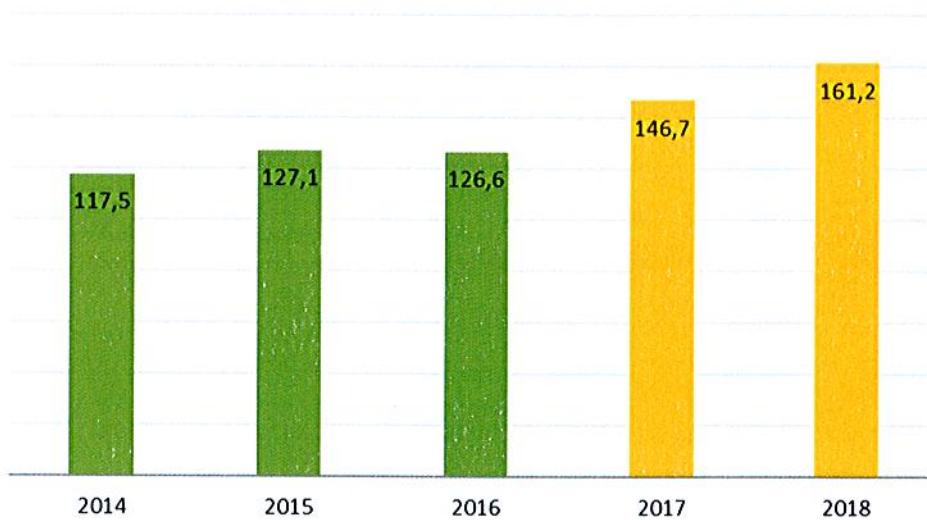
Os Encargos Financeiros associados aos financiamentos obtidos no valor de 94 mil euros representam, em 2018, 0,3% do Volume de Negócios.

Enc. Finc./Vendas e Prest. serv. (%)



O rácio de Cobertura do Imobilizado em 2018 regista 161%, o que significa que o Ativo Fixo é financiado na sua totalidade por capitais permanentes da empresa.

Cobertura de imobilizado (%)



(Handwritten signatures and initials)

AÇÕES PRÓPRIAS

Em 31 dezembro de 2018 a empresa não detinha ações próprias.

**NEGÓCIOS ENTRE A SOCIEDADE E OS SEUS ADMINISTRADORES**

Não existem quaisquer situações previstas no artigo 397.º do CSC.

SUCURSAIS DA SOCIEDADE

A empresa não tem quaisquer sucursais.

FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

Não existem situações, entre a data de encerramento e a presente data que mereçam destaque especial e que tenham afetado a situação patrimonial da empresa.

Cell
J
D.A.

PERSPETIVAS

Para o ano de 2019, a EDA RENOVAVEIS estima que a produção de energia elétrica com origem em recursos energéticos endógenos seja de 287,8 GWh, sendo a produção de energia elétrica a partir da fonte geotérmica responsável por 194,0 GWh e a produção de energia elétrica de origem hídrica e eólica por 30,1 GWh e 63,5 GWh, respetivamente.

Durante o ano de 2019 serão desenvolvidos importantes projetos, dos quais se destacam os seguintes, que assegurarão a manutenção e sustentabilidade da exploração de recursos energéticos endógenos:

- Durante o primeiro trimestre de 2019, será lançado o concurso público internacional para a aquisição de equipamentos para a campanha de perfuração, com destaque para a aquisição das válvulas para a cabeça dos poços e dos revestimentos em aço;
- No segundo trimestre de 2019, será lançado o concurso público internacional para a contratação dos serviços de perfuração para a campanha de perfuração, contemplando 6 poços no campo geotérmico da Ribeira Grande, em São Miguel, e 3 poços no campo geotérmico do Pico Alto, na Terceira;
- No âmbito da preparação da campanha de perfuração, serão ainda desenvolvidas todas as restantes atividades preparatórias para a execução dos novos poços, incluindo a contratação de serviços e a aquisição de equipamentos e materiais;
- A atualização dos sistemas de controlo dos grupos geradores e poços geotérmicos da Central Geotérmica da Ribeira Grande, assim como a atualização do sistema de controlo da Central do Pico Vermelho no que respeita à obra de construção das linhas de derivação de condensados para a linha de injeção, realizada em 2018;
- Beneficiação da proteção anticorrosiva e do isolamento térmico das condutas do poços CL1, desde da respetiva plataforma, até aos coletores gerais de água e de vapor na plataforma da Central;
- Beneficiação dos edifícios da Central Geotérmica da Ribeira Grande, que contempla pinturas de paredes e tetos, reparação de vãos e substituição da cobertura, com remoção das telhas de fibrocimento que contêm amianto, assim como a beneficiação dos balneários da equipa de manutenção;
- No Edifícios de Comando e Potência da Central Geotérmica da Ribeira Grande

pretende-se a instalação de um sistema de climatização, com a utilização de uma máquina de absorção e o aproveitamento do calor contido no caudal de injeção a 95°C.

- Na Ribeira Grande, no último trimestre de 2019, será efetuada a consulta para a contratação dos serviços de construção civil da plataforma de perfuração e respetivo acesso para a execução dos poços CL8, CL9 e CL10, ao que se seguirá o arranque das obras no terreno;
- No Pico Alto, durante o primeiro trimestre de 2019, será concluído o estudo do potencial de deposição de incrustações minerais nos poços de produção e nos permutadores de calor da Central, ao que se seguirá a implementação de um plano para limpeza e prevenção da formação destes depósitos;
- Promoção de limpeza de calcite ao poço de produção PA4 da Central Geotérmica do Pico Alto;
- Instalação de dois grupos eletrobomba no poço de produção PA4 da Central Geotérmica do Pico Alto;
- No Pico Alto, no segundo semestre de 2019, será efetuada a consulta para a contratação dos serviços de construção civil das plataformas de perfuração A, C e E, para a execução dos poços PA5, PA6 e PA7, ao que se seguirá o arranque das obras no terreno;
- Conclusão dos concursos e execução das diversas empreitadas para a construção de parques fotovoltaicos nas ilhas de S. Maria e do Corvo a entrarem em exploração no final de 2019;
- Realização de uma campanha de prospeção geológico – geotécnica para melhor caracterização das zonas de implantação dos equipamentos e finalização do processo de licenciamento hídrico e ambiental de modo a permitir a conclusão do projeto final com integração de todas essas condicionantes, com vista ao lançamento do concurso público internacional para a Construção da Central Hídrica da Ribeira Grande.

Este aproveitamento prevê a utilização do potencial hidroelétrico desta ribeira na ilha das Flores para produção hidroelétrica complementando a componente de produção de energia renovável na ilha para valores anuais acima dos 80%. Será construída uma nova central equipada com dois grupos geradores de potência unitária de 550 kW captando os recursos da ribeira do Ferreiro, da Ribeira Grande e de dois pequenos

afuentes. Prevê-se que o investimento ocorra nos anos de 2020, 2021 e 2022 com entrada em serviço no ano de 2022.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho de Administração, nos termos do artigo 16º, alínea g), dos Estatutos da Empresa, propõe que o Resultado Líquido do exercício de 2018, no valor de 10.111.491,00 euros (dez milhões, cento e onze mil e quatrocentos e noventa e um euros), tenha a seguinte aplicação:

Para:

Reserva Legal	160.994,00 euros
Dividendos	5.057.493,63 euros
Resultados Transitados	4.893.003,37 euros


Ponta Delgada, 15 de abril de 2019

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO


Duarte José Botelho da Ponte


Maria do Carmo Cabrita Matias Marques Martins


José Luís Pimentel Amaral


Carlos Alberto Raposo Bicudo da Ponte


David Luís Ramalhinho Estrela

INFORMAÇÕES SOBRE A SOCIEDADE

A EDA RENOVAVEIS é uma empresa pública que integra o setor público empresarial da Região Autónoma dos Açores. É-lhe aplicável o regime aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 7/2008-A, de 24 de março. De acordo com o art. 16.º daquele diploma, os relatórios anuais das empresas públicas regionais, além dos elementos que caracterizam as respetivas situações económicas e financeiras, deverão conter um conjunto de informações que de seguida se explicitam.

Orientações Estratégicas

As orientações estratégicas aplicáveis à EDA RENOVAVEIS estão vertidas nas propostas de Plano Plurianual e do Orçamento que, anualmente, a Assembleia Geral aprova. No que respeita ao ano de 2018, a Proposta de Plano Plurianual e do Orçamento para 2018 foi aprovada em Assembleia Geral realizada em 9 de janeiro de 2019 e encontra-se publicado na internet no seguinte endereço:

<http://www.eda.pt/GrupoEda/Paginas/FichaEmpresaEDARENOVAVEIS.aspx>.

Estrutura e Composição dos Órgãos Sociais

O Governo Societário da empresa, de acordo com o art. 7.º do pacto social, tem a seguinte configuração: Assembleia Geral, Conselho de Administração e o Órgão de Fiscalização. O Órgão de Fiscalização, de acordo com as modalidades previstas no art. 20.º do pacto social, é constituído por um Fiscal Único.

Os Órgãos Sociais para o triénio 2016/2018 foram eleitos em Assembleia Geral realizada no dia 28 outubro de 2016. A sua composição durante o ano de 2018 foi a seguinte:

Conselho de Administração

Presidente: Duarte José Botelho da Ponte
Administrador: Maria do Carmo Cabrita M. Marques Martins
Administrador: José Luís Pimentel Amaral
Administrador: Carlos Alberto Raposo Bicudo da Ponte
Administrador: David Luís Ramalhinho Estrela

Mesa da Assembleia Geral

Presidente: Gilda Maria Bairos Cabral Pimentel

Vice-Presidente: Fernando Manuel Rodrigues Ferreira

Secretário: José Emanuel Lopes Fernandes

Fiscal Único

Efetivo: UHY & Associados, SROC, Lda, representada pelo Dr. Manuel Luís Fernandes

Branco ROC n.º 652

Suplente: Duarte Giesta, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas Unipessoal, Lda., representada pelo Dr. Duarte Félix Tavares Giesta, ROC n.º 520

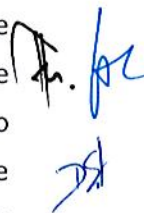
Principais elementos curriculares de cada um dos membros do órgão de gestão e administração

Duarte José Botelho da Ponte: licenciado em Engenharia Química, em 1976, pela Universidade do Porto, Doutoramento em Tecnologia Alimentar, em 1986, pela Universidade Wageningen, Holanda, Professor Associado da Universidade dos Açores, exerceu os cargos de Diretor do Departamento de Ciências Agrárias da Universidade dos Açores, entre 1989 e 1993, de Pró-Reitor da Universidade dos Açores, para as áreas da Ciência e do Planeamento, entre 1991 e 1996, de Secretário Regional da Economia do Governo Regional dos Açores, entre 1996 e 2008, de Presidente do Instituto de Inovação Tecnológica dos Açores, desde 2009 à data, Presidente da Direção da Escola de Novas Tecnologias dos Açores entre 2010 e 2013, Presidente do Conselho de Administração da EDA, S.A e de Presidente do Conselho de Administração da EDA Renováveis, S.A., de maio de 2011 à data.

Maria do Carmo Cabrita Matias Marques Martins: licenciada em Organização e Administração de Empresas, pelo Instituto Superior de Economia da Universidade Técnica de Lisboa, em 1987. Quadro Superior da Electricidade dos Açores, S.A. desde 1987, onde exerceu as funções de Chefe de Serviço de Plano e Informação de Gestão, de 1990 a 1998; Diretora da Direção de Serviços Comercial e de Controlo de Gestão do Centro de Exploração da ilha de São Miguel, de janeiro de 1999 a novembro de 2000; Diretora da Direção Planeamento de Redes e Análise de Investimentos, de novembro a dezembro de 2000. Adjunta do Secretário Regional da Economia, do VIII Governo Regional dos Açores, de dezembro de 2000 a dezembro de 2004; Membro do Conselho Consultivo da Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos de junho de 2002 a novembro de 2009 e de maio de 2014 à data. Chefe de Gabinete do Secretário Regional da Economia do IX Governo Regional dos Açores, de dezembro de 2004 a novembro



de 2008; Assessora do Conselho de Administração da Norma Açores, S.A., em regime de cedência pela EDA, S.A., de novembro de 2008 a março de 2009; Vogal do Conselho de Administração da Norma Açores, S.A, de abril de 2009 a março de 2012. Vogal do Conselho de Administração da EDA S.A., de maio de 2011 a fevereiro de 2018. Vogal do Conselho de Administração da EDA Renováveis, S.A. de junho de 2011 à data. Presidente do Conselho Administração da Norma Açores, S.A., de abril de 2012 à data. Vogal do Conselho de Administração da Globaleda, S.A, de abril de 2012 a janeiro de 2016 e Presidente do Conselho de Administração da Globaleda, S.A., desde então à data.



José Luís Pimentel Amaral: licenciado em Matemática/Físico-Química (Matemática- via ensino) pela Universidade dos Açores. é professor de Matemática da Escola Secundária Domingos Rebelo, tendo exercido vários cargos no âmbito da categoria profissional. Exerceu ainda funções na Direção Regional da Educação e foi Professor Assistente Convidado do Departamento de Matemática da academia açoriana. Entre 1996 e 2000 foi Diretor do Centro de Formação Profissional dos Açores e Escola Profissional de Capelas, tendo assumido também o cargo de Presidente do Fundo Autónomo da Direção Regional do Emprego e Formação Profissional do Governo Regional dos Açores. Em 2000 foi Adjunto do Secretário Regional da Economia, tendo desempenhado o cargo de Diretor Regional do Comércio, Indústria e Energia dos VIII e IX Governos Regionais dos Açores entre 2001 e 2008, com competências delegadas para a IRAE - Inspeção Regional das Atividades Económicas. Ao longo do seu percurso exerceu ainda outras funções, sendo de destacar a de Presidente da Direção do INOVA – Instituto de Inovação Tecnológica dos Açores, Presidente da Direção da ENTA – Escola das Novas Tecnologias dos Açores e Fundador e Presidente da Direção da ARENA – Agência Regional de Energia e Ambiente dos Açores. Foi coordenador e dinamizador regional de vários projetos, onde se destaca a Estratégia para a Qualidade na RAA; Plano Tecnológico e Inovação Empresarial – INOTEC Empresa; Green-Island em parceria com o MIT- Portugal; ProEnergia; Seproqual – Segurança e Promoção da Qualidade Alimentar. Exerceu ainda as funções de Assessor Coordenador para os Assuntos Económicos e Cooperação Externa do Senhor Presidente do Governo no X governo regional e foi Presidente do Conselho de Administração da Lotaçor, Vogal do Conselho de Administração da EDA S.A. de maio de 2014 à data e Vogal do Conselho de Administração da EDA Renováveis, S.A. de junho de 2014 à data.

Carlos Alberto Raposo Bicudo da Ponte: licenciado em Engenharia Mecânica, pelo Instituto Superior Técnico, da Universidade Técnica de Lisboa em 1979 e durante o ano de 1993 tira uma Pós-graduação em Utility Management pela Universidade de Dublin, na Irlanda.

Inicia a sua carreira profissional na metalomecânica Ferrotec em 1980 e ingressa na Empresa



de Electricidade dos Açores em 1982. Em 1986 assume o cargo de Chefe de Serviço de Produção e em 1989 é nomeado Diretor do Centro de Energias Alternativas da EDA; de 1990 até janeiro de 1995, desempenha o cargo de Gerente da EEG - Empresa de Electricidade e Gás; em 1994 é nomeado Diretor de Exploração da Empresa de Electricidade dos Açores, e em 1995 Administrador Delegado da SOGEO, Sociedade Geotérmica dos Açores. Em 2000 é nomeado Administrador Delegado da Geoterceira, cargo que manteve até à sua incorporação na EDA RENOVAVEIS em 2014. Mantém o cargo de Administrador na EDA RENOVAVEIS, designação adotada pela SOGEO, desde 2013, na sequência da incorporação da EEG.

PH



David Luís Ramalhinho Estrela: bacharel em Engenharia de Máquinas, em 1987, pelo Instituto Superior de Engenharia de Lisboa, quadro superior da EDA - Eletricidade dos Açores S.A. desde 1990, exerceu os cargos de Chefe de Serviço da Central Termoelétrica de Ponta Delgada, entre 1993 e 1999, de Coordenador da área de Energias Renováveis da Eletricidade dos Açores, S.A., entre 1999 e 2001, de Gerente executivo da Empresa de Electricidade e Gás, Lda - Empresa do Grupo EDA, entre 1999 e 2013, e de Administrador da empresa EDA RENOVAVEIS, desde 2013.

Cargos Ocupados pelos Administradores noutras Empresas

Duarte José Botelho da Ponte: Presidente do Conselho de Administradora da EDA, S.A., durante o presente exercício e Presidente do Instituto de Inovação Tecnológica dos Açores.

Maria do Carmo Cabrita Matias Marques Martins: Administradora da EDA, S.A. até fevereiro de 2018, Presidente do Conselho de Administração da Norma Açores, S.A e Presidente do Conselho de Administração da Globaleda S.A.

José Luís Pimentel Amaral: Administrador da EDA, S. A e vogal do Instituto de Inovação Tecnológica dos Açores.

Remunerações dos Órgãos Sociais

a) As remunerações dos Órgãos Sociais foram fixadas pela Assembleia Geral, em 28 de outubro de 2016, que determinou, para o mandato 2016/2018, fixar as remunerações dos senhores Administradores Carlos Alberto Raposo Bicudo da Ponte e David Luís Ramalhinho Estrela, no valor de 5.506,20 euros e de 4.357,08 euros, respetivamente, a processar 14 vezes por ano. Em 1 de março de 2018, a Assembleia Geral determinou fixar a remuneração da senhora Administradora Maria do Carmo Matias Marques Martins em 5.269,05 euros, a

processar 14 vezes por ano.

Os valores remuneratórios brutos e outros encargos do Conselho de Administração no ano de 2018 corresponderam a:

Remunerações e Outros
Encargos

Administrador	82.202,14 €
Administrador	98.934,99 €
Administrador	79.197,59 €
	260.334,72 €

A remuneração contratualizada com o Fiscal Único é de 1.250,00 euros mensais a processar 12 vezes por ano.

Membros da Mesa da Assembleia Geral

Estas funções não são remuneradas.

Indicação do Número de Reuniões do Órgão de Gestão e Administração com Referência Sucinta às Matérias Versadas

Durante o ano de 2018, o Conselho de Administração realizou 12 (doze) reuniões para deliberar sobre assuntos relativos à gestão corrente da sociedade. As matérias versadas respeitaram ao Relatório e Contas, à execução do Plano e de Atividades e Orçamento de acordo com a estratégia delineada, à gestão corrente da sociedade nas áreas da exploração dos recursos geotérmico, hídrico e eólico, à apreciação mensal as contas e principais indicadores da atividade. Para cada reunião do Conselho de Administração foram elaboradas atas com as deliberações relativas aos assuntos tratados.

[Handwritten signatures and initials]

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

Índice das demonstrações financeiras

Balço	52
Demonstração dos resultados por naturezas	53
Demonstração das alterações no capital próprio	54
Demonstração dos fluxos de caixa	55
Anexo às demonstrações financeiras	56
1 INTRODUÇÃO	56
2 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	57
3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS	58
4 FLUXOS DE CAIXA	69
5 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS	69
6 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	70
7 ATIVOS INTANGÍVEIS	75
8 OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS	76
9 ATIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS	76
10 INVENTÁRIOS	77
11 CLIENTES	78
12 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	78
13 ACIONISTAS	79
14 OUTROS CRÉDITOS A RECEBER	79
15 DIFERIMENTOS	80
16 CAPITAL SUBSCRITO	80
17 RESERVAS LEGAIS E OUTRAS	80
18 OUTRAS VARIAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO	81
19 PROVISÕES	82
20 FINANCIAMENTOS OBTIDOS	83
21 FORNECEDORES	83
22 OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR	83
23 VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS	84
24 TRABALHOS PARA A PRÓPRIA ENTIDADE	85
25 CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS	85
26 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	85
27 GASTOS COM PESSOAL	86
28 OUTROS RENDIMENTOS	87
29 OUTROS GASTOS	87
30 GASTOS E RENDIMENTOS FINANCEIROS	88
31 IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO	88
32 DIVIDENDOS	89
33 COMPROMISSOS	89
34 CONTINGÊNCIAS	90
35 MATÉRIAS AMBIENTAIS	90
36 PARTES RELACIONADAS	91
37 DISPOSIÇÕES LEGAIS	94
38 EVENTOS SUBSEQUENTES	94

BALANÇO

	Nota	31 de dezembro	
		2018	2017
Ativo			
Não corrente			
Ativos fixos tangíveis	6	68 020 066	73 098 527
Ativos intangíveis	7	234 348	239 013
Outros investimentos financeiros	8	22 487	22 487
Ativos por impostos diferidos	9	7 731 264	7 969 792
		76 008 165	81 329 819
Corrente			
Inventários	10	70 600	90 891
Clientes	11	3 832 562	3 621 170
Acionistas	13	44 810 000	37 720 000
Outros créditos a receber	14	97 932	153 305
Diferimentos	15	132 140	84 787
Caixa e depósitos bancários	4	190 701	223 557
		49 133 935	41 893 710
Total do ativo		125 142 100	123 223 529
Capital próprio			
Capital e reservas atribuíveis aos detentores de capital			
Capital subscrito	16	23 799 970	23 799 970
Reservas legais	17	4 599 000	4 163 000
Outras reservas	17	14 016	14 016
Resultados transitados	17	56 153 379	52 649 039
Outras variações no capital próprio	18	10 501 208	11 382 688
Resultado líquido do período		10 111 491	8 700 334
		105 179 064	100 709 047
Passivo			
Não corrente			
Provisões	19	2 897 093	3 063 713
Financiamentos obtidos	20	4 856 818	6 895 455
Outras dívidas a pagar	22	3 180 359	3 394 158
		10 934 270	13 353 326
Corrente			
Fornecedores	21	1 216 956	1 129 905
Estado e outros entes públicos	12	1 492 244	1 180 992
Financiamentos obtidos	20	2 047 011	2 375 553
Outras dívidas a pagar	22	4 272 554	4 474 707
		9 028 765	9 161 157
Total do passivo		19 963 035	22 514 483
Total do capital próprio e do passivo		125 142 100	123 223 529

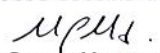
As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado

 Cláudio Manuel Raposo Torres

O Conselho de Administração

 Duarte José Botelho da Ponte


 Maria do Carmo Marques Martins


 José Luís Pimentel Amaral



 Carlos Alberto Raposo Bicudo da Ponte

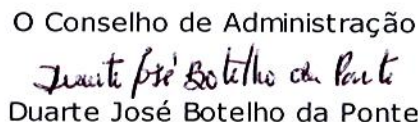

 David Luís Ramalhinho Estrela

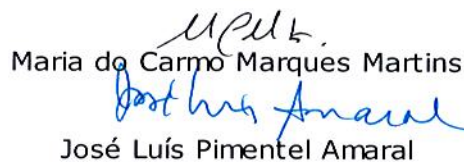
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

	Nota	Período	
		2018	2017
Vendas e serviços prestados	23	28 977 275	27 299 374
Subsídios à exploração	27	282	6 977
Trabalhos para a própria entidade	24	16 049	334 937
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	25	(269 971)	(275 013)
Fornecimentos e serviços externos	26	(4 796 588)	(4 939 028)
Gastos com o pessoal	27	(1 758 940)	(1 536 558)
Outros rendimentos	28	1 250 294	2 328 190
Outros gastos	29	(2 585 861)	(2 471 073)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		20 832 540	20 747 806
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6 e 7	(7 908 593)	(10 356 454)
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	6	-	(3 904 536)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		12 923 946	6 486 816
Juros e rendimentos similares obtidos	30	71 279	62 641
Juros e gastos similares suportados	30	(94 190)	(112 447)
Resultado antes de impostos		12 901 036	6 437 010
Imposto sobre o rendimento do período	31 e 9	(2 789 545)	2 263 324
Resultado líquido do período		10 111 491	8 700 334
Resultado por ação básico		2,12	1,83

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado

 Cláudio Manuel Raposo Torres

O Conselho de Administração

 Duarte José Botelho da Ponte


 Maria do Carmo Marques Martins

 José Luís Pimentel Amaral


 Carlos Alberto Raposo Bicudo da Ponte

 David Luís Ramalinho Estrela

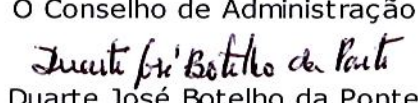
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

	Nota	Capital subscrito	Reservas legais	Outras Reservas	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total
A 1 de janeiro de 2017		23 799 970	3 813 000	14 016	50 376 391	12 929 132	6 192 644	97 125 152
Alterações no período								
Aplicações dos resultados	17	-	350 000	-	5 842 644	(1 546 443)	(6 192 644)	(1 546 443)
		-	350 000	-	5 842 644	(1 546 443)	(6 192 644)	(1 546 443)
Resultado líquido do período							8 700 334	8 700 334
Resultado integral							8 700 334	8 700 334
Operações com detentores de capital no período								
Distribuições	17	-	-	-	(3 569 996)	-	-	(3 569 996)
		-	-	-	(3 569 996)	-	-	(3 569 996)
A 31 de dezembro de 2017		23 799 970	4 163 000	14 016	52 649 039	11 382 688	8 700 334	100 709 047
A 1 de janeiro de 2018		23 799 970	4 163 000	14 016	52 649 039	11 382 688	8 700 334	100 709 047
Alterações no período								
Outras variações no capital próprio	17	-	-	-	-	(881 480)	-	(881 480)
Aplicações dos resultados	17	-	436 000	-	8 264 334	-	(8 700 334)	-
		-	436 000	-	8 264 334	(881 480)	(8 700 334)	(881 480)
Resultado líquido do período							10 111 491	10 111 491
Resultado integral							10 111 491	10 111 491
Operações com detentores de capital no período								
Distribuições	17	-	-	-	(4 759 994)	-	-	(4 759 994)
		-	-	-	(4 759 994)	-	-	(4 759 994)
A 31 de dezembro de 2018		23 799 970	4 599 000	14 016	56 153 379	10 501 208	10 111 491	105 179 064

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado

 Cláudio Manuel Raposo Torres

O Conselho de Administração

 Duarte José Botelho da Ponte


 Maria do Carmo Marques Martins


 José Luís Pimentel Amaral


 Carlos Alberto Raposo Bicudo da Ponte


 David Luís Ramalhinho Estrela

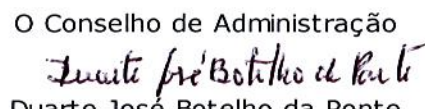
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

	Nota	Período findo em 31 de dezembro	
		2018	2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		34 526 047	31 819 774
Pagamentos a fornecedores		(6 206 453)	(5 433 892)
Pagamentos ao pessoal		(1 680 306)	(1 357 417)
Caixa gerada pelas operações		26 639 287	25 028 465
Pagamento/ recebimento do imposto sobre o rendimento		(2 442 258)	(2 241 648)
Outros recebimentos/ pagamentos		(6 793 006)	(6 096 101)
Fluxos de caixa líquidos das atividades operacionais		17 404 023	16 690 716
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(3 244 832)	(3 596 455)
Ativos fixos intangíveis		-	(42 835)
Financiamentos concedidos		(136 675 000)	(129 965 000)
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos concedidos		129 585 000	122 805 000
Subsídios ao investimento		8 655	-
Juros e rendimentos similares		57 170	112 889
Dividendos	28	37 900	49 300
Fluxos de caixa líquidos das atividades de investimento		(10 231 107)	(10 637 101)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(2 363 636)	(2 363 636)
Juros e gastos e similares		(82 142)	(99 550)
Dividendos	17 e 32	(4 759 994)	(3 569 996)
Fluxos de caixa líquidos das atividades de financiamento		(7 205 772)	(6 033 182)
Variação de caixa e seus equivalentes			
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	(32 856)	20 433
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	223 557	203 124
		190 701	223 557

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

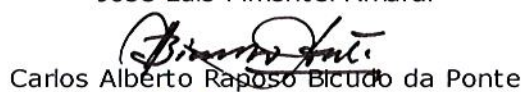
O Contabilista Certificado

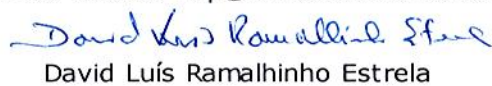
 Cláudio Manuel Raposo Torres

O Conselho de Administração

 Duarte José Botelho da Ponte


 Maria do Carmo Marques Martins


 José Luís Pimentel Amaral


 Carlos Alberto Raposo Bicucho da Ponte


 David Luís Ramalhinho Estrela

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**1 Introdução**

A EDA Renováveis (EDAR ou Empresa), constituída em 2 de fevereiro de 1990, tem como objeto o aproveitamento de recursos renováveis da Região Autónoma dos Açores ("RAA").

A EDAR é detida em 99,68% pela EDA - Electricidade dos Açores, S.A. e em 0,32% pela SEGMA - Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda.

A EDAR é responsável pela produção de energia elétrica através de infraestruturas de captação e transformação do calor geotérmico, tendo sido atribuído dois contratos de concessão de exploração de recursos geotérmicos na zona demarcada do Concelho da Ribeira Grande por um período de 25 anos contados a partir de 14 de julho de 1995 e na zona situada no Campo Geotérmico do Pico Alto, na ilha Terceira, também por um período de 25 anos contados a partir de 7 de agosto de 2017.

A EDAR tem também como finalidade a construção e exploração de aproveitamentos de recursos endógenos de natureza hídrica e eólica na Região Autónoma dos Açores, possuindo atualmente 19 centros produtores (7 parques eólicos e 12 centrais mini hídricas) instalados em 7 ilhas do arquipélago, consoante as condições naturais existentes.

Para a instalação de cada centro produtor, a EDAR efetua um requerimento de licença de produção de energia elétrica não vinculada ao serviço público, junto à entidade do Governo Regional dos Açores com competência na área da energia. A licença fica sujeita à condição de atribuição de licença prévia de estabelecimento, a qual por sua vez é atribuída após consulta ao concessionário do transporte e distribuição acerca dos pontos de interligação e da tensão nominal no ponto de interligação. A licença de produção de energia elétrica é atribuída por cada centro eletroprodutor.

A EDAR enquanto produtora de energia elétrica a partir de fontes renováveis tem, de acordo com o Decreto Legislativo Regional nº.15/96/A, uma garantia de venda sobre toda a eletricidade que produz. Assim, a EDAR tem um contrato de compra de energia elétrica com a entidade concessionária do transporte e distribuição de eletricidade para a RAA, a EDA - Electricidade dos Açores, S.A., no qual esta assume a obrigação de adquirir toda a eletricidade produzida pelos centros produtores da EDAR. A concessionária gere a suspensão temporária da atividade das instalações de produção em função das necessidades de consumo e das cláusulas dos respetivos contratos de fornecimento de energia, estabelecendo regras que motivem a exploração otimizada dos recursos renováveis ligados à rede, devendo maximizar a injeção na rede da produção de energia elétrica com origem renovável, dando prioridade à colocação no diagrama de carga da potência dos centros produtores renováveis com data de entrada em exploração mais antiga e que permitam uma maior integração da componente renovável.

A eletricidade produzida é vendida aos preços acordados em contrato e sujeitos a atualização anual com base no Índice de Preços no Consumidor. Em 2018 o preço praticado para toda a energia produzida e cedida foi de 100,10 euros/MWh (2017: 98,20 euros/MWh).

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração, em 15 de abril de 2019. É opinião da Administração que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da EDAR, bem como a sua posição e performance



financeira e fluxos de caixa.

Estas demonstrações financeiras são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas pela EDA – Electricidade dos Açores, S.A., pelo método da consolidação integral.

2 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei nº 98/2015 de 2 de junho, que alterou o Decreto-Lei nº 158/2009 de 13 de julho, e de acordo com a estrutura concetual, Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro ("NCRF") e Normas Interpretativas ("NI") consignadas, respetivamente, nos avisos 8254/2015, 8256/2015 e 8258/2015, de 29 de julho de 2015, as quais, no seu conjunto, constituem o Sistema de Normalização Contabilística ("SNC").

Acresce referir que o modelo das demonstrações financeiras e quadro de contas também foram alterados, respetivamente, pela Portaria nº 220/2015 de 24 de julho de 2015 e Declaração de Retificação nº 41-B/2015 de 21 de setembro de 2015 e pela Portaria nº 218/2015 de 23 de julho de 2015 e Declaração de Retificação nº 41-A/2015 de 21 de setembro de 2015.

De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações será designado genericamente por "NCRF".

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilística requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pela EDAR, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.

Apesar destas estimativas serem baseadas na melhor experiência da Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que os pressupostos e estimativas sejam significativos para as demonstrações financeiras são apresentadas na Nota 3.23.

2.2. Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do período a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

2.3. Comparabilidade das demonstrações financeiras

Os elementos constantes nas presentes demonstrações financeiras são, na sua totalidade, comparáveis com as do período anterior.

3 Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras preparadas no pressuposto da continuidade das operações, são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os períodos apresentados, salvo indicação contrária.

A Administração procedeu à avaliação da capacidade da Empresa operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, a Administração concluiu que a Empresa dispõe de recursos adequados para manter as atividades, não havendo intenção de cessar as atividades no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

3.1. Conversão cambial

i) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da EDAR e respetivas notas deste anexo são apresentadas em euros (moeda funcional), salvo indicação explícita em contrário.

ii) Transações e saldos

As transações em moedas diferentes do euro são convertidas na moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes do pagamento/recebimento das transações bem como da conversão pela taxa de câmbio à data do balanço, dos ativos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na Demonstração dos resultados, na rubrica de gastos de financiamento, se relacionadas com empréstimos ou em outros ganhos ou perdas operacionais, para todos os outros saldos/transações.

iii) Cotações utilizadas

As cotações de moeda estrangeira utilizadas para conversão de saldos expressos em moeda estrangeira, foram como segue:

Moeda	2018	2017
USD	1,1450	1,1993
GBP	0,8945	0,8872

Fonte: Cotações do Banco Central Europeu à data de 31 de Dezembro de 2018

3.2. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se valorizados ao custo deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que se encontre




na sua condição de utilização. Os custos com empréstimos obtidos para a construção de ativos fixos tangíveis qualificáveis são reconhecidos como parte do custo de construção do ativo.

Os gastos subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações, que aumentem a vida útil, ou a capacidade dos ativos gerarem benefícios económicos são capitalizados no custo do ativo.



Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente são reconhecidos como um gasto do período em que ocorrem.

Os gastos a suportar com o desmantelamento ou remoção de ativos instalados em propriedade de terceiros serão considerados como parte do custo inicial dos respetivos ativos quando se traduzam em montantes significativos e mensuráveis.

Os terrenos não são depreciados. As depreciações nos restantes ativos são calculadas utilizando o método das quotas constantes por duodécimos. As vidas úteis estimadas para os ativos fixos tangíveis mais significativos são conforme segue:

	<u>Anos</u>
Edifícios e outras construções	
Centrais geotérmicas	Entre 10 a 20 anos
Centrais hídricas	Entre 20 a 60 anos
Equipamento básico	Entre 3 e 33 anos
Equipamento de transporte	Entre 4 e 6 anos
Equipamento administrativo	Entre 2 a 8 anos
Ferramentas e utensílios	Entre 4 e 20 anos
Outros ativos tangíveis	8 anos

As vidas úteis dos ativos são revistas em cada data de relato financeiro, para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos benefícios económicos gerados pelos ativos. Alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospectivamente.

Sempre que existam indícios de perda de valor dos ativos fixos tangíveis são efetuados testes de imparidade de forma a estimar o valor recuperável do ativo e, quando necessário registar uma perda por imparidade. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o preço de venda líquido e o valor de uso do ativo, sendo este último calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado e da alienação do ativo no fim da sua vida útil.

Os ativos fixos tangíveis para os quais tenham sido reconhecidas perdas por imparidade são avaliados, a cada data de relato, sobre a possível reversão das perdas por imparidade. Quando há lugar ao registo ou reversão de imparidade, a amortização e depreciação dos ativos são recalculadas prospectivamente de acordo com o valor recuperável.

Os ganhos ou perdas na alienação dos ativos são determinados pela diferença entre o valor de realização e o valor contabilístico do ativo, sendo reconhecidos na Demonstração dos resultados.



3.3. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis, que compreendem programas de computador e direitos de superfície, encontram-se reconhecidos e mensurados: (i) ao preço de compra, incluindo custos com direitos intelectuais e os impostos sobre as compras não reembolsáveis, após dedução dos descontos comerciais e abatimentos; e (ii) qualquer custo diretamente atribuível à preparação do ativo, para o seu uso pretendido.

A EDAR reconhece como ativos intangíveis os montantes despendidos com a aquisição de direitos de superfície adquiridos a terceiros para a instalação dos parques eólicos e software adquirido a terceiros, bem como os custos de parametrização incorridos.

A EDAR valoriza os seus ativos intangíveis, após o reconhecimento inicial, pelo modelo do custo, conforme definido pela NCRF 6 – Ativos Intangíveis, que define que um ativo intangível deve ser escriturado pelo seu custo deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados numa base sistemática a partir da data em que se encontram disponíveis para uso, durante a vida útil estimada ou de acordo com o período estabelecido no contrato.

A EDAR não possui ativos intangíveis com vida útil indefinida.

3.4. Avaliação e exploração de recursos geotérmicos

A EDAR desenvolve para além do aproveitamento dos recursos geotérmicos já instalados, trabalhos de perfuração e prospeção e de outra natureza em áreas delimitadas dos campos geotérmicos, para as quais ainda não está determinada a viabilidade comercial da exploração dos recursos geotérmicos, embora esta se afigure provável. Desta forma, e ao abrigo da NCRF 16 – Exploração e avaliação de recursos minerais, os dispêndios incorridos com estudos e testes na fase de prospeção e com a construção de poços e estruturas acessórias são capitalizados como ativos tangíveis em curso, até à data da conclusão acerca da sua exequibilidade técnica e da sua viabilidade comercial. Os custos dos empréstimos obtidos fazem também parte do custo destes nesta fase de avaliação dos ativos, exceto se não tiverem ocorrido dispêndios substanciais que justifiquem a sua suspensão temporária. Durante a fase de prospeção e sempre que exista evidência objetiva de um eventual abandono técnico de um poço geotérmico e outros indicadores de imparidade, são registadas perdas de imparidade sobre o montante determinado, exceto se vier a ser utilizado como poço de injeção.

Os principais indicadores de imparidade resultam (i) da não descoberta durante a fase de prospeção de quantidades comercialmente viáveis de recursos minerais na área geotérmica específica ou, (ii) dos benefícios económicos futuros de uma área geotérmica específica emergente da exploração efetiva dos recursos minerais ou da sua alienação, não serem suficientes para recuperar a totalidade da quantia escriturada do ativo de exploração e avaliação.

As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados, em Imparidade de investimentos depreciáveis, sendo subseqüentemente revertidas por resultados, caso os indicadores de imparidade diminuam ou desapareçam.

Parte das atividades de prospeção são comparticipadas através de fundos dos programas

comunitários para a Região Autónoma dos Açores que se encontram registados no Capital próprio.

3.5. Imparidade de ativos não financeiros

A Empresa avalia os ativos não financeiros para efeitos de imparidade consoante a sua natureza.

Os ativos com vida útil definida são revistos quanto à imparidade quando eventos ou alterações nas condições envolventes indiquem que o valor pelo qual se encontram registados nas demonstrações financeiras possa não ser recuperável.

Para efeitos de determinação da existência de imparidade, a Empresa calcula o valor recuperável do ativo ou conjunto de ativos. O valor recuperável é o maior entre o justo valor do ativo deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso. Para a determinação da existência de imparidade, os ativos são alocados ao nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa separados identificáveis (unidades geradoras de caixa).

Sempre que o valor recuperável determinado é inferior ao valor contabilístico dos ativos, a Empresa regista a respetiva perda por imparidade.

Os ativos não financeiros, que não o goodwill, para os quais tenham sido reconhecidas perdas por imparidade são avaliados, a cada data de relato, sobre a possível reversão das perdas por imparidade.

Quando há lugar ao registo ou reversão de imparidade, as amortizações e depreciações dos ativos são recalculadas prospectivamente de acordo com o valor recuperável.

3.6. Ativos financeiros

A Administração determina a classificação dos ativos financeiros, na data do reconhecimento inicial de acordo com a NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os ativos financeiros são classificados/mensurados como:

- (a) Ao custo amortizado menos qualquer perda por imparidade; ou
- (b) Ao justo valor com as alterações de justo valor a serem reconhecidas na Demonstração dos resultados.

A EDAR classifica e mensura ao custo amortizado, os ativos financeiros: i) que em termos de prazo sejam à vista ou tenham maturidade definida; ii) cujo retorno seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e iii) que não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar a perda do valor nominal e do juro acumulado.

Para os ativos registados ao custo amortizado, os juros obtidos a reconhecer em cada período são determinados de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

São registados ao custo amortizado, os ativos financeiros que constituem empréstimos concedidos, contas a receber e instrumentos de capital próprio, bem como quaisquer contratos derivados associados, que não sejam negociados em mercado ativo ou cujo justo valor não possa ser determinado de forma fiável.

A EDAR classifica e mensura ao justo valor os ativos financeiros que não cumpram com as condições para serem mensurados ao custo amortizado. São registados ao justo valor, os ativos financeiros que constituem instrumentos de capital próprio cotados em mercado ativo, contratos derivados e ativos financeiros detidos para negociação. As variações de justo valor são registadas nos resultados do período, exceto no que se refere aos instrumentos financeiros derivados que qualifiquem como relação de cobertura de fluxos de caixa.

A EDAR avalia a cada data de relato financeiro a existência de indicadores de perda de valor para os ativos financeiros que não sejam mensurados ao justo valor através de resultados. Se existir uma evidência objetiva de imparidade, a EDAR reconhece uma perda por imparidade na Demonstração dos resultados.

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos ao recebimento dos fluxos monetários originados por esses investimentos expiram ou são transferidos, assim como todos os riscos e benefícios associados à sua posse.

3.7. Inventários

Os inventários referem-se a materiais utilizados nas atividades internas de manutenção e conservação.

Os inventários são valorizados ao custo ou valor realizável líquido, dos dois o mais baixo. O seu custo inclui todos os custos de compra, custos de transformação e outros custos incorridos para colocar os inventários no local e condição necessária para a sua venda/uso.

O método de custeio utilizado é o custo médio ponderado.

No que se refere aos materiais são registadas perdas por imparidade, quando os mesmos apresentam indicadores de obsolescência técnica ou quando ocorre a descontinuação dos equipamentos a que se referem.

3.8. Clientes e Outros créditos a receber

As rubricas de Clientes e Outros créditos a receber são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, deduzido de ajustamentos por imparidade quando aplicável. As perdas por imparidade dos clientes e créditos a receber são registadas, sempre que exista evidência objetiva de que os mesmos não são recuperáveis conforme os termos iniciais da transação.

As perdas por imparidade identificadas são registadas na Demonstração dos resultados, em Imparidade de dívidas a receber sendo subsequentemente revertidas por resultados, caso os indicadores de imparidade diminuam ou desapareçam.

O montante de perda por imparidade para um instrumento mensurado ao custo ou ao custo amortizado é a diferença entre a quantia escriturada e o valor presente (atual) dos fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juro efetiva inicial do ativo financeiro.

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando: (a) Os direitos contratuais aos fluxos de caixa resultantes do ativo financeiro expiram; ou (b) A entidade transfere para outra parte todos os riscos significativos e benefícios relacionados com o ativo financeiro; ou (c) A entidade, apesar de reter alguns riscos significativos e benefícios relacionados com o ativo financeiro, tenha transferido o controlo do ativo para uma outra parte e esta tenha a



capacidade prática de vender o ativo na sua totalidade a uma terceira parte não relacionada e a possibilidade de exercício dessa capacidade unilateralmente sem necessidade de impor restrições adicionais à transferência. Se tal for o caso a entidade deve: (i) desreconhecer o ativo; e (ii) reconhecer separadamente qualquer direito e obrigação criada ou retida na transferência.

3.9. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo, de liquidez elevada e com maturidades iniciais até 3 meses, e descobertos bancários. Os descobertos bancários são apresentados no Balanço, no passivo corrente, na rubrica Financiamentos obtidos, e são considerados na elaboração da Demonstração dos fluxos de caixa, como caixa e equivalentes de caixa.

3.10. Capital

O capital estatutário da Empresa corresponde às ações subscritas pelos acionistas. Os custos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante emitido.

3.11. Passivos financeiros

A Administração determina a classificação dos passivos financeiros, na data do reconhecimento inicial de acordo com a NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os passivos financeiros são classificados/mensurados como:

- (a) Ao custo amortizado; ou
- (b) Ao justo valor com as alterações de justo valor a serem reconhecidas na Demonstração dos resultados.

A EDAR classifica e mensura ao custo amortizado, os passivos financeiros: i) que em termos de prazo sejam à vista ou tenham maturidade definida; ii) cuja remuneração seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e iii) que não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar uma alteração à responsabilidade pelo reembolso do valor nominal e do juro acumulado a pagar.

Para os passivos registados ao custo amortizado, os juros a pagar e a reconhecer em cada período são determinados de acordo com o método da taxa de juro efetiva, que corresponde à taxa que desconta exatamente os pagamentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

São registados ao custo amortizado, os passivos financeiros que constituem financiamentos obtidos e contas a pagar.

Uma entidade deve desreconhecer um passivo financeiro (ou parte de um passivo financeiro) apenas quando este se extinguir, isto é, quando a obrigação estabelecida no contrato seja paga, cancelada ou expire.

3.12. Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, líquido de custos de transação e montagem incorridos. Os financiamentos são subsequentemente mensurados ao

custo amortizado sendo a diferença entre o valor nominal e o justo valor inicial reconhecida na Demonstração dos resultados ao longo do período do financiamento, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

Os financiamentos obtidos são classificados no passivo corrente, exceto se a EDAR possuir um direito incondicional de diferir o pagamento do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço, sendo neste caso classificados no passivo não corrente.

3.13. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na Demonstração dos resultados, exceto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos diretamente nos capitais próprios.

Imposto corrente

O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais em vigor. Em conformidade com a legislação em vigor na Região Autónoma dos Açores a taxa a aplicar para a determinação do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas é reduzida em 20%, correspondendo a uma taxa nominal de 16,80%. Como estabelecido na lei das Finanças Locais a Empresa está sujeita à derrama fixada pelos Municípios até ao montante máximo de 1,5% do lucro tributável sujeito e não isento de IRC. Foi ainda considerada a derrama estadual que nos termos da legislação em vigor, incide sobre a parcela do lucro tributável superior a 1,5 milhões de euros e inferior a 7,5 milhões de euros (taxa de 2,4%), quando superior a 7,5 milhões de euros e menor que 35 milhões de euros (taxa de 4%) e superior a este montante (taxa de 7,2%).

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte da administração fiscal durante um período de 4 anos.

Imposto diferido

Os impostos diferidos são reconhecidos usando o método do passivo com base no balanço, considerando as diferenças temporárias resultantes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada à data do balanço, e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos ativos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos.

3.14. Benefícios aos empregados

A EDAR tem atribuído aos empregados um plano de complemento de pensões de reforma de contribuição definida, denominado por Futuro+ que é gerido pela BPI Pensões.

Em termos de regime de contribuição o plano prevê:

- a) Contribuição base de 1% do salário pensional pela Empresa sem qualquer condição;
- b) Contribuição voluntária do empregado que a EDAR reforça contribuindo em metade da percentagem da contribuição do empregado até ao limite de 2%.

Relativamente a este plano a Empresa não assume qualquer obrigação de pagamento para



além das contribuições, conforme as condições estabelecidas no plano. As contribuições efetuadas são registadas como Gastos com o pessoal na Demonstração dos resultados, no período em que ocorrem.

Para além destas responsabilidades registadas a EDAR efetua ainda o pagamento de complementos de reforma a 3 ex-empregados já reformados não abrangidos por qualquer dos planos descritos. A EDAR não efetuou qualquer estudo atuarial desta responsabilidade, nem fez o registo de qualquer provisão, uma vez que a responsabilidade não é significativa (Nota 27).

3.15. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a EDAR tem: i) uma obrigação presente legal ou construtiva resultante de eventos passados; ii) para a qual é mais provável de que não seja necessário um dispêndio de recursos internos no pagamento dessa obrigação; e iii) o montante possa ser estimado com razoabilidade. Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, a EDAR divulga tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para pagamento do mesmo seja considerada remota.

3.16. Subsídios e apoios do Governo

A EDAR reconhece os subsídios do Estado Português, do Governo Regional e da União Europeia ou organismos semelhantes pelo seu justo valor quando existe uma certeza razoável de que o subsídio será recebido, e não na base do seu recebimento.

As participações atribuídas à EDAR, a fundo perdido, por conta dos projetos de investimento em ativos tangíveis de uso próprio, são contabilizadas na rubrica de Outras variações de capital próprio, quando seja expectável que todas as condições para a sua atribuição sejam cumpridas. Os subsídios são subseqüentemente creditados na Demonstração dos resultados numa base pro-rata da depreciação dos ativos a que estão associados, na rubrica de Outros rendimentos.

Os subsídios à exploração são reconhecidos como rendimentos na Demonstração dos resultados no mesmo período em que os gastos associados são incorridos e registados.

3.17. Locações

Locações de ativos fixos tangíveis, relativamente às quais a EDAR detém substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo são classificadas como locações financeiras. São igualmente classificadas como locações financeiras os acordos em que a análise de uma ou mais situações particulares do contrato aponte para tal natureza. Todas as outras locações são classificadas como locações operacionais.

As locações financeiras são capitalizadas no início da locação pelo menor entre o justo valor do ativo locado e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação, determinados à data de início do contrato. O valor a pagar resultante de um contrato de locação financeira é registado líquido de encargos financeiros, na rubrica de Financiamentos obtidos. Os encargos financeiros incluídos na renda e a depreciação dos ativos locados são reconhecidos na Demonstração dos resultados, no período a que dizem respeito.



Os ativos fixos tangíveis adquiridos através de locações financeiras são depreciados pelo menor entre o período de vida útil do ativo e o período da locação quando a EDAR não tem opção de compra no final do contrato, ou pelo período de vida útil estimado quando a EDAR tem a intenção de adquirir os ativos no final do contrato.

Nas locações consideradas operacionais, as rendas a pagar são reconhecidas como gasto na Demonstração dos resultados numa base linear, durante o período da locação.

3.18. Gastos e rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos períodos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes réditos e gastos são reconhecidas como ativos ou passivos, se qualificarem como tal.

3.19. Rédito

O rédito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber relativo à venda de produtos e/ou serviços no decurso normal da atividade da EDAR. O rédito é registado líquido de quaisquer impostos e descontos comerciais atribuídos.

Eletricidade

A faturação de eletricidade é efetuada mensalmente, com base em contagens reais de entregas de eletricidade na rede.

A eletricidade produzida é faturada à EDA, a entidade concessionária da rede de transporte e distribuição na RAA.

3.20. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos aos acionistas da EDAR é reconhecida como uma responsabilidade nas demonstrações financeiras no período em que os dividendos são aprovados pelos seus acionistas.

3.21. Compensação de saldos e transações

Os ativos, passivos, rendimentos e gastos não são compensados, salvo se exigido ou permitido pelas NCRF.

3.22. Matérias ambientais

A EDAR reconhece os dispêndios de carácter ambiental, bem como os passivos e ativos com eles relacionados.

Os dispêndios são reconhecidos como custos no período em que são incorridos, exceto se forem realizados para evitar ou reduzir danos futuros e proporcionem benefícios económicos no futuro, sendo nesse caso capitalizados e amortizados sistematicamente ao longo das suas vidas económicas.

São reconhecidas provisões para Matérias ambientais sempre que a EDAR tenha uma obrigação legal ou construtiva, como resultado de acontecimentos passados, relativamente à



qual seja provável que uma saída de recursos se torne necessária para pagar, e possa ser efetuada uma estimativa fiável do montante dessa obrigação.

3.23. Principais estimativas e julgamentos apresentados

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da EDAR são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa da Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do período seguinte são as que seguem:

Estimativas contabilísticas relevantes

3.23.1. Provisões

A EDAR analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação.

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

3.23.2. Ativos tangíveis e intangíveis

A determinação das vidas úteis dos ativos, bem como o método de depreciação e amortização a aplicar é essencial para determinar o montante das depreciações e amortizações a reconhecer na Demonstração dos resultados de cada período.

Estes dois parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento da Administração para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas do setor ao nível internacional.

Relativamente aos ativos tangíveis em curso relacionados com as atividades de recursos geotérmicos, a avaliação da capacidade de extração de fluídos de cada poço e da sua potência é definida regularmente de forma a determinar a viabilidade individual de cada poço ou da globalidade do campo geotérmico.

A EDAR reconhece no seu Balanço uma estimativa do valor a desembolsar aquando do desmantelamento e remoção dos equipamentos de produção dos aproveitamentos eólicos instalados em propriedade de terceiro. Também a vida útil associada aos parques eólicos, que determina a cadência de reconhecimento desta provisão nos resultados da Empresa tem por base o melhor julgamento da Administração, considerando também as práticas adotadas por empresas do setor ao nível nacional e internacional.

3.23.3. Imparidade

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da EDAR, tais como: i) a disponibilidade futura de financiamento; e ii) o custo de capital ou quaisquer outras alterações, quer internas quer externas, à Empresa.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos implicam um elevado grau de julgamento por parte do Conselho de Administração no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

3.24. Acontecimentos após a data de balanço

Os eventos após a data das demonstrações financeiras que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data das demonstrações financeiras são refletidos nas demonstrações financeiras da Empresa. Os eventos após a data das demonstrações financeiras que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data das demonstrações financeiras são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se considerados materiais.

4 Fluxos de caixa

4.1. Caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso

A EDAR não possui qualquer saldo de Caixa ou equivalente de caixa com restrições de utilização para os períodos apresentados.

4.2. Detalhe da rubrica de caixa e depósitos bancários

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 o detalhe de caixa e equivalentes de caixa apresenta os seguintes valores:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Caixa	763	773
Depósitos bancários	<u>189 938</u>	<u>222 784</u>
	<u>190 701</u>	<u>223 557</u>

Os valores acima foram os considerados para efeitos da elaboração da Demonstração dos fluxos de caixa para os períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

5 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

5.1. Alterações às normas

Não foram publicadas no presente período novas normas, alterações ou interpretações efetuadas a normas existentes que devessem ser consideradas pela Empresa.

5.2. Alterações nas políticas contabilísticas

Não se verificaram quaisquer alterações às políticas contabilísticas adotadas pela EDAR, para os períodos apresentados.

5.3. Alterações nas estimativas contabilísticas

A EDAR não procedeu à alteração dos procedimentos de determinação das estimativas contabilísticas, que possam ter impacto no período ou em períodos futuros.

5.4. Erros de períodos anteriores

Não se verificou no período qualquer correção de erros identificados relativamente a períodos anteriores.



6 Ativos fixos tangíveis

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2018 os movimentos registrados na rubrica dos Ativos fixos tangíveis na Empresa foram como segue:

	Terrenos	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos tangíveis	Ativos em curso	Total
1 de janeiro de 2018								
Custo de aquisição	3 457 310	28 191 809	225 753 979	699 023	189 202	639 218	2 654 065	261 584 606
Imparidade acumulada	(568 188)	(1 526 780)	(27 421 644)	-	-	-	(1 958 319)	(31 474 931)
Depreciações acumuladas	-	(15 911 028)	(139 771 379)	(623 775)	(169 644)	(535 322)	-	(157 011 148)
Valor líquido	2 889 122	10 754 002	58 560 956	75 248	19 558	103 897	695 744	73 098 527
Movimento de 2018								
Adições	-	-	52 346	-	36 509	9 851	2 897 873	2 996 579
Provisão de desmantelamento	-	-	(184 111)	-	-	-	-	(184 111)
Transferências e abates	-	587 671	2 075 088	-	-	-	(2 662 759)	-
Imparidade do período	-	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação - período	-	(863 505)	(6 945 156)	(33 995)	(23 306)	(24 967)	-	(7 890 928)
31 de dezembro de 2018	2 889 122	10 478 168	53 559 122	41 253	32 761	88 781	930 857	68 020 066
Custo de aquisição	3 457 310	28 779 480	227 697 302	699 023	225 711	649 069	2 889 178	264 397 073
Imparidade acumulada	(568 188)	(1 526 780)	(27 421 644)	-	-	-	(1 958 319)	(31 474 931)
Depreciações acumuladas	-	(16 774 533)	(146 716 536)	(657 770)	(192 949)	(560 288)	-	(164 902 076)
Valor líquido	2 889 122	10 478 168	53 559 122	41 253	32 762	88 781	930 858	68 020 066




Durante o período findo em 31 de dezembro de 2017 os movimentos registados na rubrica dos Ativos fixos tangíveis na Empresa foram como segue:

	Terrenos	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos tangíveis	Ativos em curso	Total
1 de janeiro de 2017								
Custo de aquisição	3 428 319	25 382 510	188 633 860	709 498	143 361	614 072	39 160 284	258 071 904
Imparidade acumulada	-	(31 053)	(7 674 080)	-	-	-	(19 865 262)	(27 570 395)
Depreciações acumuladas	-	(14 705 486)	(130 752 682)	(595 097)	(119 292)	(511 053)	-	(146 683 611)
Valor líquido	3 428 319	10 645 971	50 207 099	114 401	24 069	103 018	19 295 022	83 817 899
Movimento de 2017								
Adições	33 952	-	29 901	-	46 222	25 147	3 393 297	3 528 518
Alienações	(4 961)	-	-	(10 475)	(381)	-	-	(15 817)
Transferências e abates	-	2 809 299	37 090 219	-	-	-	(39 899 518)	-
Imparidade do período	(101 713)	(267 754)	(3 535 068)	-	-	-	-	(3 904 536)
Transferência de imparidade	(466 475)	(1 227 972)	(16 212 496)	-	-	-	17 906 943	-
Depreciação - período	-	(1 205 542)	(9 019 158)	(39 153)	(50 733)	(24 268)	-	(10 338 854)
Depreciação - alienações	-	-	460	10 475	381	-	-	11 316
31 de dezembro de 2017	2 889 122	10 754 002	58 560 956	75 248	19 558	103 897	695 744	73 098 527
Custo de aquisição	3 457 310	28 191 809	225 753 979	699 023	189 202	639 218	2 654 065	261 584 606
Imparidade acumulada	(568 188)	(1 526 780)	(27 421 644)	-	-	-	(1 958 319)	(31 474 931)
Depreciações acumuladas	-	(15 911 028)	(139 771 379)	(623 775)	(169 644)	(535 322)	-	(157 011 148)
Valor líquido	2 889 122	10 754 002	58 560 956	75 248	19 558	103 897	695 744	73 098 527




Adições

Os aumentos registados em ativos tangíveis durante o período de 2018 englobam 98.706 euros de aquisições diretas. Foram ainda realizados investimentos em ativos em curso, no montante de 2.897.873 euros, essencialmente relativos aos custos finais da substituição das condutas dos aproveitamentos hidroelétricos na ilha Terceira (2.618.109 euros).

Em resultado do não recurso ao financiamento bancário, não foram imputados quaisquer gastos financeiros em 2017 e 2018 aos ativos em curso de construção.

Ativos em curso

Os valores mais significativos incluídos na rubrica de Ativos em curso referem-se aos seguintes projetos:

	2018	2017
Aproveitamentos hidroelétricos		
Ribeira Grande - Flores	242 666	195 331
Substituição condutas - Ilha Terceira	-	44 650
Parques eólicos		
Ilha do Corvo	114 913	114 913
Parques fotovoltaicos		
Ilha de Santa Maria	121 601	95 300
Ilha do Corvo	1 346	803
	480 526	450 997
Campo Geotérmico Pico Alto		
Ensaio e prospeção adicional (7 MW)	42 900	-
Campo Geotérmico Ribeira Grande		
Central Pico Vermelho	114 589	114 589
Bombas condutas redundantes vaporização CPV	162 000	-
Furo RG5	1 958 319	1 958 319
Furos Cachaços Lombada	91 031	90 345
Execução de três poços opcionais	39 813	39 813
	2 365 752	2 203 066
Imparidade RG5	(1 958 319)	(1 958 319)
	407 433	244 747
Saldo a 31 de dezembro	930 859	695 744

Imparidade

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, as perdas por imparidades de ativos não correntes reconhecidas tinham o seguinte destino:



	2018	2017
Central Geotérmica do Pico Alto	21 811 479	21 811 479
Poço geotérmico PA1	6 249 616	6 249 616
Poço geotérmico RG 5	1 958 319	1 958 319
Outros	1 455 517	1 455 517
	31 474 931	31 474 931

O campo geotérmico do Pico Alto foi considerado em anos anteriores uma área geral de interesse comercial para efeitos de produção de energia elétrica. Com base na avaliação inicial da produtividade dos quatro poços de produção e injeção, a Administração concluiu que existia um risco elevado de diminuição do fluido geotérmico e, por isso, incorreu numa primeira fase na construção de uma central geotérmica de 3,5 MW, que entrou em exploração em setembro de 2017 e, dependentemente dos níveis de produtividade dos atuais poços, avançar-se-ia para a expansão da sua capacidade produtiva até 10 MW, num investimento que está previsto atingir cerca de 13 milhões de euros e esteja concluído em 2022, sendo antes antecedido do desenvolvimento de uma nova campanha de perfuração de 2 a 3 poços geotérmicos direcionais até uma profundidade máxima de cerca de 2.000 metros que se espera concretizar em 2019 e 2020, no montante estimado de 11,5 milhões de euros.

O total investido na fase inicial no Campo Geotérmico do Pico Alto atingiu o montante de 40.966.698 euros (excluindo o poço abandonado PA1), tendo a central geotérmica atingido em 2018 uma produção de cerca de 20,6 GWh (em 2017 - 9,8 GWh), sendo anualmente efetuados testes de imparidade de forma a estimar o valor recuperável deste ativo, com base nos seguintes pressupostos:

	2018	2017
Vida útil estimada dos ativos	20 anos	20 anos
Custo médio ponderado do capital (WACC)	7,74%	7,35%

O valor de uso desses ativos foi determinado pela atualização dos fluxos de caixa futuros estimados, considerando que a unidade geradora de caixa se consubstancia no Campo Geotérmico do Pico Alto, e tendo em conta que a central geotérmica terá um período de vida útil previsível de 20 anos após a concretização plena da fase de ampliação. À semelhança do ano anterior utilizou-se uma taxa WACC agravada em cerca de trinta pontos percentuais para fazer face ao risco de uma menor produtividade dos poços.

Os fluxos de caixa futuros estimados refletem os pressupostos que foram utilizados na elaboração do Plano Estratégico Plurianual 2019/2023 e Orçamento para 2019 aprovado na Assembleia Geral de 9 de janeiro de 2019, documento orientador da política de desenvolvimento do acionista Electricidade dos Açores e das empresas subsidiárias, que nos últimos anos tem ponderado que a recuperabilidade deste ativo tem implícito a ampliação da atual central para 10 MWh até finais de 2022, mantendo-se as expectativas de potencial produtivo do campo geotérmico, através de um investimento adicional orçado em cerca de 24,5 milhões de euros, que não serão cofinanciados por qualquer entidade.

A determinação das vendas de energia a produzir foi fundada no preço unitário que vigorará em 2019 e que se manteve constante para o período projetado de 2019-2042, para o qual foram estimados níveis de produção abaixo da capacidade instalada em cerca de 12,5% (produção bruta considerada a partir de 2042 foi de cerca de 76,7 GWh). Os níveis de produção de energia elétrica estimados foram ajustados relativamente ao previstos no

referido plano e orçamento e resumem-se como segue:

Unid: MWh

2019 e 2020	2021	2022	2023 a 2042
21 000	25 000	32 000	81 000

A taxa de desconto utilizada na atualização dos fluxos de caixa descontados reflete o WACC estimado de 7,74%, tendo em conta a estrutura dos capitais investidos e o risco específico destes ativos e mormente por se ter ponderado que os principais pressupostos no seu cálculo poderão não sofrer alterações significativas num cenário de normalidade.

Como cenário de sensibilidade ponderou-se os efeitos da variação de um ponto percentual da WACC e redução ou aumento do nível dos fluxos de caixa descontados em cerca de 10%, com os resultados a seguir indicados:

	Cenário base	Cenários de sensibilidade Variação de 1%	
Custo médio ponderado do capital (WACC)	7,74%	6,74%	8,74%
Valor atual dos fluxos de caixa descontados	9 204 843	11 839 167	6 957 431
Variação do nível dos fluxos de caixa descontados			
Aumento de 10%	11 509 397		
Redução de 10%	6 900 289		

Com base nos pressupostos utilizados no apuramento do valor de uso, que, comparativamente ao ano anterior incorporam as alterações de comportamento dos mercados financeiros e do risco operacional, a Administração determinou que a quantia recuperável da unidade geradora de caixa estimada em 9.204.843 euros superior em 184.484 euros face ao valor do ativo registado em 2018:

	2018	2017
Valor de custo (líquido de depreciações e de subsídios ao investimento)	30 831 838	32 292 894
Imparidades acumuladas	(21 811 479)	(21 811 479)
	9 020 359	10 481 415

A Administração não procedeu ao registo da reversão da imparidade no período por não haver uma certeza absoluta que essa tendência ocorra numa forma segura, enquanto não se concretizar a ampliação da capacidade produtiva atrás mencionada.

A totalidade dos gastos incorridos com o poço geotérmico PA1 que foi considerado abandonado no âmbito do desenvolvimento do campo geotérmico do Pico Alto, no montante de 6.249.616 euros, foi integralmente reconhecida em 2011 como irre recuperável.

Em 2016, registou-se uma imparidade de 1.958.319 euros, referente aos gastos incorridos no poço geotérmico RG5 situado no campo geotérmico da Ribeira Grande por ter sido determinada a sua viabilidade económica.

Transferências e abates

Em 2018, procedeu-se à transferência dos gastos incorridos com a substituição das condutas do aproveitamento hidroelétricos na Ilha Terceira no montante de 2.662.759 euros.

Depreciações

As depreciações dos ativos fixos tangíveis estão reconhecidas na rubrica Gastos/reversões de depreciação e de amortização da Demonstração dos resultados pela sua totalidade, as quais, compreendem 234.706 euros referente às depreciações dos ativos associadas ao desmantelamento ou remoção.

7 Ativos intangíveis

O valor dos ativos intangíveis registados pela EDAR refere-se a direitos de superfície adquiridos para instalação dos aproveitamentos eólicos e programas de computador. A evolução registada para os períodos apresentados é como segue:

	<u>Direitos superfície</u>
A 1 de janeiro de 2017	
Custo de aquisição	276 965
Amortizações acumuladas	<u>(77 148)</u>
Valor líquido	<u>199 817</u>
Movimento de 2017	
Adições	56 796
Amortização - período	<u>(17 600)</u>
	<u>239 013</u>
31 de dezembro de 2017	
Custo de aquisição	333 761
Amortizações acumuladas	<u>(94 748)</u>
Valor líquido	<u>239 013</u>
Movimento de 2018	
Adições	13 000
Amortização - período	<u>(17 665)</u>
	<u>234 348</u>
31 de dezembro de 2018	
Custo de aquisição	346 761
Amortizações acumuladas	<u>(112 413)</u>
Valor líquido	<u>234 348</u>

Em 31 de dezembro de 2018 os aumentos referem-se a aquisição de direitos de superfície.

8 Outros investimentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 os ativos reconhecidos nesta rubrica, referem-se a participações em instrumentos de capital sobre os quais a Empresa não tem controlo ou influência significativa, os quais se encontram registados ao custo, conforme se indica:

	<u>% detida</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
SEGMA	10	19 988	19 988
ONIAÇORES	0,001	5	5
Fundação Eng. José Cordeiro	25,91	2 494	2 494
		22 487	22 487
Imparidade		-	-
		22 487	22 487

9 Ativos e passivos por impostos diferidos

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 os saldos reconhecidos relativamente a impostos diferidos são apresentados no balanço pelo seu valor bruto.

O impacto dos movimentos nas rubricas de impostos diferidos para os períodos apresentados é como se segue:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Impacto na demonstração dos resultados		
Ativos por impostos diferidos	(238 528)	4 667 135
	238 528	(4 667 135)

Os movimentos ocorridos nas rubricas de ativos e passivos por impostos diferidos para os períodos apresentados são como se segue:

Ativos por impostos diferidos - Movimentos do período

	<u>Imparidade de clientes</u>	<u>Provisão Desmantelamento Parques Eólicos</u>	<u>Depreciações parque eólico da Serra do Cume</u>	<u>Reexpressão ativos produtivos</u>	<u>Imparidade de ativos</u>	<u>Total</u>
A 1 de janeiro de 2018	13 908	335 722	49 846	1 166 888	6 403 428	7 969 792
Transferência de Passivos ID	-	-	-	-	-	-
Constituição por resultados	-	3 586	-	(241 847)	-	(238 261)
Reversão por resultados	-	-	-	-	(267)	(267)
Movimento do período	-	3 586	-	(241 847)	(267)	(238 528)
A 31 de dezembro de 2018	13 908	339 307	49 846	925 041	6 403 161	7 731 264



	Imparidade de clientes	Provisão Desmantelamento Parques Eólicos	Depreciações parque eólico da Serra do Cume	Reexpressão ativos produtivos	Imparidade de ativos	Total
A 1 de janeiro de 2017	13 908	622 090	49 846	1 020 833	1 932 342	3 639 020
Transferência de Passivos ID	-	(336 363)	-	-	-	(336 363)
Constituição por resultados	-	49 994	-	146 055	4 471 353	4 667 402
Reversão por resultados	-	-	-	-	(267)	(267)
Movimento do período	-	(286 369)	-	146 055	4 471 086	4 330 772
A 31 de dezembro de 2017	13 908	335 722	49 846	1 166 888	6 403 428	7 969 792

Tendo em consideração o plano de negócios da Empresa para exercícios futuros, perspetiva-se a existência de lucro tributável que permita utilizar a perda por imparidade constituída para o projeto do Pico Alto, para efeitos fiscais, pelo que foi reconhecido o correspondente ativo por imposto diferido no montante de 4.471.353 euros.

10 Inventários

O detalhe de inventários em 31 de dezembro de 2018 e 2017 é como segue:

	2018	2017
Materiais diversos	70 600	90 891
	70 600	90 891
Imparidade de inventários	-	-
	70 600	90 891

O saldo de materiais diversos refere-se ao inibidor químico utilizado nos poços de produção geotérmicos e Normal Pentano para utilização no sistema de refrigeração dos grupos das centrais geotérmicas.

O custo dos inventários reconhecidos em 2018 como gasto e incluído na rubrica Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas totalizou 269.971 euros (2017: 275.013 euros) (Nota 25).



11 Clientes

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 a decomposição da rubrica de clientes é como se segue:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
	<u>Corrente</u>	<u>Corrente</u>
Clientes - outros	i) 419 170	432 324
Clientes - grupo (Nota 36)	ii) 3 413 392	3 188 846
Clientes de cobrança duvidosa	81 566	81 566
	3 914 128	3 702 736
Imparidade de clientes	(81 566)	(81 566)
	3 832 562	3 621 170

i) Clientes - outros: nesta rubrica encontram-se registados os saldos a receber de clientes decorrente da prestação de serviços;

ii) Clientes - grupo: o saldo a receber em 2018 refere-se, essencialmente, à eletricidade produzida e faturada no mês de dezembro à EDA (3.356.368 euros) e juros debitados ao acionista (57.024 euros).

Tratando-se de saldos a receber correntes não existem diferenças entre os valores contabilísticos e o seu justo valor.

O saldo da rubrica de Perdas por imparidade acumuladas nos períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 tem o seguinte movimento:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
A 1 de janeiro	81 566	81 566
Aumentos	-	-
A 31 de dezembro	81 566	81 566

12 Estado e outros entes públicos

No período findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017 os saldos de impostos a liquidar/recuperar referem-se a:

	2018		2017	
	Devedor	Credor	Devedor	Credor
Imposto sobre rendimento - IRC	-	650 120	-	405 244
Imposto sobre rendimento - IRS	-	19 521	-	16 762
Imposto sobre valor acrescentado - IVA	-	786 528	-	728 494
Contribuições para segurança social	-	36 075	-	30 492
Imposto a pagar/recuperar	-	1 492 244	-	1 180 992

Para os períodos apresentados o saldo relativo ao IRC tem a seguinte decomposição:

	2018	2017
Pagamentos por conta	2 080 653	1 986 039
Retenções na fonte	14 256	12 528
Estimativa de IRC (Nota 31)	<u>(2 745 029)</u>	<u>(2 403 811)</u>
	(650 120)	(405 244)

13 Acionistas

De acordo com a política financeira do Grupo, os excedentes de tesouraria são cedidos ao acionista EDA. Assim, os valores cedidos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 são 44.810.000 euros e 37.720.000 euros, respetivamente, os quais vencem juros à taxa anual de 0,17% (2017: 0,18%). Os juros debitados ao acionista perfazem o montante de 71.279 euros (2017: 62.641 euros), conforme Nota 30.

Esta cedência de fundos não tem período de vencimento previsto razão pela qual são classificados como ativo corrente.

14 Outros créditos a receber

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os saldos de outras contas a receber são como segue:

	2018	2017
	Corrente	Corrente
Outros devedores	80 563	76 508
Pessoal	1 883	-
Devedores por acréscimos de rendimentos	i) -	63 703
Adiantamentos a fornecedores	15 486	13 094
	97 932	153 305

i) Fatura de deslastragens do mês de dezembro no valor de 8.135 euros e correção da faturação emitida dos meses de outubro a dezembro de 2017 da Central Hídrica da Foz da Ribeira no valor de 55.568 euros.



15 Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 a EDAR tem registado na rubrica Diferimentos, os montantes pagos antecipadamente por conta de bens ou serviços a receber em períodos subsequentes como os prémios de seguro.

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Seguros	97 715	84 787
Outros FSE	34 425	-
	<u>132 140</u>	<u>84 787</u>



16 Capital subscrito

Em 31 de dezembro de 2018 o capital social da EDAR encontra-se totalmente subscrito e realizado, sendo representado por 4.759.994 ações, com o valor nominal de 5 euros cada, detidas pelas seguintes entidades:

	<u>Ações</u>		
	<u>Quantidade</u>	<u>Valor</u>	<u>% detida</u>
EDA - Electricidade dos Açores, S.A.	4 744 905	23 724 525	99,68%
SEGMA - Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda.	15 089	75 445	0,32%
	<u>4 759 994</u>	<u>23 799 970</u>	<u>100,00%</u>

17 Reservas legais e outras

Estas rubricas registaram os seguintes movimentos durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017:

	<u>Reservas legais</u>	<u>Outras reservas</u>	<u>Resultados transitados</u>	<u>Total</u>
1 de janeiro de 2017	3 813 000	14 016	50 376 391	54 203 406
Aplicação do resultado do período	350 000	-	5 842 644	6 192 644
Dividendos atribuídos	-	-	(3 569 996)	(3 569 996)
31 de dezembro de 2017	<u>4 163 000</u>	<u>14 016</u>	<u>52 649 039</u>	<u>56 826 055</u>
Aplicação do resultado do período	436 000	-	8 264 334	8 700 334
Dividendos atribuídos	-	-	(4 759 994)	(4 759 994)
31 de dezembro de 2018	<u>4 599 000</u>	<u>14 016</u>	<u>56 153 379</u>	<u>60 766 395</u>

A Reserva legal ainda não se encontra totalmente constituída nos termos da lei (20% do capital social). Esta reserva só pode ser utilizada na cobertura de prejuízos ou no aumento do Capital Social.

Em conformidade com a Assembleia Geral realizada em 23 de abril de 2018, o resultado



apurado no período no montante de 8.700.334 euros foi transferido para Reservas legais, no montante de 436.000 euros, distribuídos dividendos de 4.759.994 euros e foi mantido em resultados transitados o montante de 3.504.340 euros. Os dividendos atribuídos aos acionistas foram assim repartidos:

EDA - Electricidade dos Açores, S.A.	4 744 905
SEGMA - Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda.	15 089
	<u>4 759 994</u>

18 Outras variações no capital próprio

A rubrica de Outras variações no capital próprio inclui os montantes reconhecidos a título de subsídios ao investimento não reembolsáveis, que registaram os seguintes movimentos durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Subsídios		
1 de janeiro		
Produção geotérmica	12 490 393	14 168 207
Produção eólica e hídrica	1 825 766	2 094 852
Outros	1 688	-
	<u>14 317 847</u>	<u>16 263 060</u>
Atribuição/Anulação de subsídios		
Outros	-	2 250
	<u>-</u>	<u>2 250</u>
Amortização do período (Nota 28)		
Produção geotérmica	(913 225)	(1 677 814)
Produção eólica e hídrica	(194 991)	(269 086)
Outros	(563)	(563)
	<u>(1 108 779)</u>	<u>(1 947 463)</u>
31 de dezembro	<u>13 209 067</u>	<u>14 317 846</u>
Outras dívidas a pagar		
1 de janeiro	(2 935 158)	(3 333 927)
Atribuição do subsídio	-	(461)
Transferência	227 299	399 230
	<u>(2 707 859)</u>	<u>(2 935 158)</u>
31 de dezembro	<u>10 501 208</u>	<u>11 382 688</u>

Em 2017 foi atribuído à empresa um subsídio referente a um fundo ambiental para viaturas elétricas no valor de 2.250 euros.

O saldo não corrente de outras dívidas a pagar é referente ao imposto a pagar no futuro relacionado com os subsídios ao investimento reconhecido no capital próprio.

O saldo desta rubrica não é distribuível aos acionistas.

O saldo líquido desta rubrica é subdividido por:

	2018	2017
Produção geotérmica	9 203 848	9 929 862
Produção eólica e hídrica	1 296 466	1 451 484
Outros	894	1 342
	10 501 209	11 382 688

O ajustamento do imposto a pagar no futuro, no montante de 2.707.859 euros (Nota 22) é reconhecido em outras dívidas a pagar (2017: 2.935.158 euros).

19 Provisões

A Empresa reconhece nas suas demonstrações financeiras uma provisão relativa aos gastos de desmantelamento a incorrer no final do período de exploração dos aproveitamentos eólicos. Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os movimentos nesta rubrica foram como se segue:

	2018	2017
A 1 de janeiro	3 063 713	3 034 591
Efeito financeiro (Nota 30)	17 491	14 681
Dotação do ano	(184 111)	14 441
Movimento do período	(166 620)	29 122
A 31 de dezembro	2 897 093	3 063 713
Saldo corrente	-	-
Saldo não corrente	2 897 093	3 063 713
	2 897 093	3 063 713



20 Financiamentos obtidos

O detalhe dos financiamentos quanto ao prazo (corrente e não corrente) e por natureza de empréstimo, no final do período, é como segue:

	2018			2017		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Empréstimos bancários	2 038 636	4 856 818	6 895 455	2 363 636	6 895 455	9 259 091
	2 038 636	4 856 818	6 895 455	2 363 636	6 895 455	9 259 091
Juros a pagar - especialização	8 374	-	8 374	11 917	-	11 917
	2 047 011	4 856 818	6 903 829	2 375 553	6 895 455	9 271 008

Os empréstimos bancários referem-se a crédito negociado junto de instituições de crédito, vencendo juro a taxas anuais compreendidas entre 0,24% e 0,82%. Estes empréstimos serão reembolsados até 2024.

Os encargos financeiros são contabilizados de acordo com o princípio da especialização de períodos e, quando não liquidados, são adicionados ao valor nominal do empréstimo bancário.

21 Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 os saldos de fornecedores são os seguintes:

		2018	2017
Fornecedores - outros	i)	489 684	557 989
Fornecedores - grupo (Nota 36)	ii)	727 272	571 916
		1 216 956	1 129 905

i) Fornecedores – outros: parte significativa deste saldo refere-se aos saldos a pagar pela aquisição de diversos materiais e serviços incorporados no processo normal da atividade da Empresa;

ii) Fornecedores – grupo: decorre da prestação de serviços das áreas administrativas da EDA e da cedência de pessoal, assim como serviços efetuados nos parques eólicos pela SEGMA.

22 Outras dívidas a pagar

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 o detalhe da rubrica de Outras dívidas a pagar é como segue:



	2018			2017		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Fornecedores						
Fornec. investimentos - grupo (Nota 36)	36 393	-	36 393	59 870	-	59 870
Fornec. investimentos - outros	969 028	-	969 028	1 196 997	-	1 196 997
i)	<u>1 005 421</u>	<u>-</u>	<u>1 005 421</u>	<u>1 256 867</u>	<u>-</u>	<u>1 256 867</u>
Pessoal	-	-	-	25	-	25
Outros credores						
Credores por garantias prestadas	-	472 500	472 500	-	459 000	459 000
Credores diversos	12 086	-	12 086	1 628	-	1 628
Ajustamentos por imposto a pagar	-	2 707 859	2 707 859	-	2 935 158	2 935 158
iii)	-	-	-	-	-	-
Credores por acréscimos de gastos						
Encargos com remunerações	227 591	-	227 591	200 816	-	200 816
Outros acréscimos de custo	3 027 456	-	3 027 456	3 015 371	-	3 015 371
iv)	<u>3 027 456</u>	<u>-</u>	<u>3 027 456</u>	<u>3 015 371</u>	<u>-</u>	<u>3 015 371</u>
	4 272 554	3 180 359	7 452 913	4 474 707	3 394 158	7 868 865

i) Fornecedores de investimentos: esta rubrica refere-se maioritariamente aos saldos a pagar a fornecedores de equipamentos, prestadores de serviços de apoio ao investimento realizado na central geotérmica do Pico Alto;

ii) Credores por garantias prestadas: incluem as cauções prestadas no âmbito da construção da central geotérmica do Pico Alto, montantes que serão liquidados em 2020 e 2021;

iii) Como indicado na Nota 18, o saldo não corrente desta rubrica é referente ao imposto a pagar no futuro relacionado com os subsídios ao investimento reconhecidos no capital próprio;

iv) Credores por acréscimos de gastos: a rubrica de outros acréscimos de custos refere-se essencialmente à compensação financeira que a EDAR terá de pagar à Região Autónoma dos Açores como contrapartida da exploração dos recursos geotérmicos relativa ao período de 2018 no montante de 2.503.085 euros (2017: 2.345.040 euros) e 524.371 euros (2017: 579.062 euros) respeitantes aos gastos incorridos e a faturar por terceiros em diversas obras de investimento e de exploração. A taxa de incidência para a determinação da compensação foi de 12,5% em 2018 e 2017 para o Campo Geotérmico da Ribeira Grande e 10% em 2018 e 2017 para a Central Geotérmica do Pico Alto (Nota 29).

23 Vendas e serviços prestados

O montante de vendas e prestações de serviços reconhecido na Demonstração dos resultados é detalhado como segue:

	2018	2017
Vendas de eletricidade		
Hídrica	2 659 537	2 940 945
Eólica	5 879 750	5 400 553
Geotérmica	20 437 437	18 953 333
	28 976 724	27 294 831
Serviços Prestados		
Outros	551	4 543
	28 977 275	27 299 374



As vendas de eletricidade, no montante de 28.976.724 euros, são efetuadas na totalidade ao acionista EDA (Nota 36).

24 Trabalhos para a própria entidade

O detalhe dos trabalhos para a própria empresa para os períodos apresentados refere-se à seguinte natureza de gastos incorridos:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Fornecimentos e serviços externos	11 510	278 548
Gastos com pessoal	-	30 960
Outros gastos e perdas	4 539	25 429
	<u>16 049</u>	<u>334 937</u>

25 Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

O detalhe do custo das matérias consumidas demonstra-se como segue:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Inventários iniciais (Nota 10)	90 891	113 091
Compras	249 680	252 813
Inventários finais (Nota 10)	(70 600)	(90 891)
	<u>269 971</u>	<u>275 013</u>

26 Fornecimentos e serviços externos

O detalhe dos custos com fornecimentos e serviços externos registados em 2018 e 2017 é como segue:

		<u>2018</u>	<u>2017</u>
Conservação e reparação	i)	1 947 020	2 223 483
Trabalhos especializados	ii)	1 403 957	1 119 594
Subcontratos	iii)	504 731	465 092
Seguros	iv)	340 514	331 707
Vigilância e segurança		111 114	66 285
Rendas e alugueres		96 604	287 545
Eletricidade		86 819	98 927
Deslocações e estadas		69 098	62 019
Limpeza, higiene e conforto		50 114	53 009
Combustíveis		34 896	65 694
Ferramentas e utensílios		30 240	23 350
Outros fluídos		21 674	54 420
Transporte de mercadorias		19 054	15 718
Outros (inferiores a 15.000 euros)		80 754	72 185
		<u>4 796 588</u>	<u>4 939 028</u>

i) A rubrica de Conservação e reparação refere-se essencialmente a gastos com a aquisição de material a incorporar na conservação do equipamento produtivo da Empresa;

ii) Os gastos com Trabalhos especializados incluem os serviços de informática, os honorários para a revisão legal das contas e auditoria, serviços de apoio das áreas administrativas prestados pelo acionista EDA e serviços relacionados com a monitorização dos campos geotérmicos e parques eólicos;

iii) Os gastos com Subcontratos dizem respeito essencialmente à cedência de pessoal do acionista EDA à Empresa;

iv) Seguros contratados para os trabalhos de exploração de recursos geotérmicos e parques eólicos.

27 Gastos com pessoal

Os Gastos com pessoal incorridos durante os períodos de 2018 e 2017 foram como segue:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Remunerações		
Orgãos sociais	208 867	142 083
Pessoal	<u>1 146 064</u>	<u>983 060</u>
	<u>1 354 931</u>	<u>1 125 143</u>
Outros gastos		
Encargos sobre remunerações	298 371	245 058
Prémios para benefícios reforma	34 987	28 627
Gastos de ação social	23 223	21 646
Pensões	10 088	10 088
Formação profissional	16 500	100 349
Indemnizações	2 144	-
Outros	<u>18 697</u>	<u>5 647</u>
	<u>404 009</u>	<u>411 415</u>
	<u>1 758 940</u>	<u>1 536 558</u>

O número médio de empregados em 2018 e 2017 foi de 53.

Os gastos com Prémios para benefícios de reforma incluem as contribuições para planos de contribuição definida no montante de 34.987 euros (2017: 28.627 euros).

Em 2018 e 2017, o valor pago de complemento de reforma a 3 ex-colaboradores não abrangidos por qualquer dos planos descritos ascendeu a 10.088 euros.

Em 2018, a EDAR beneficiou com contratos de apoio ao emprego no montante de 282 euros (2017: 6.977 euros), reconhecidos na rubrica de subsídios à exploração.



28 Outros rendimentos

A rubrica de Outros rendimentos pode ser apresentada como segue:

	2018	2017
Reconhecimento de subsídios ao investimento i)	1 108 779	1 947 463
Rendimentos suplementares ii)	102 941	274 574
Dividendos	37 900	49 300
Diferenças cambiais	673	16 796
Correções relativas a períodos anteriores	-	460
Outros rendimentos operacionais	1	39 596
	1 250 294	2 328 190

i) Esta rubrica refere-se ao reconhecimento dos subsídios ao investimento não reembolsáveis obtidos (Nota 18) e reparte-se do seguinte modo:

	2018	2017
Produção geotérmica	913 225	1 677 814
Produção eólica e hídrica	194 991	269 086
Outros	563	563
	1 108 779	1 947 463

ii) Nesta rubrica estão incluídos 18.124 euros da compensação às deslustragens (2017: 144.066 euros)

29 Outros gastos

O detalhe da rubrica de Outros gastos é apresentado no quadro seguinte:

	2018	2017
Impostos e taxas i)	2 533 041	2 398 459
Donativos	11 500	28 795
Indemnizações de exploração	23 187	21 687
Outros gastos operacionais	15 289	12 625
Diferenças cambiais	2 841	7 607
Alienações - Investimentos não financeiros	-	1 828
Multas e penalidades	4	72
	2 585 861	2 471 073

i) A rubrica de imposto compreende essencialmente a taxa de compensação financeira que a EDAR terá de pagar à Região Autónoma dos Açores pela exploração dos recursos geotérmicos. Até ao final de 2018, o valor da compensação ainda não foi liquidado e ascende a 2.503.085 euros (2017: 2.345.000 euros). A taxa de compensação em 2018 e 2017 que é aplicada sobre as vendas de energia geotérmica é de 12,5% para o Campo Geotérmico da Ribeira Grande na ilha de São Miguel e de 10% para a Central Geotérmica do Pico Alto na ilha Terceira (em 2020, será alterada para 12,5%).



30 Gastos e rendimentos financeiros

O detalhe dos gastos e rendimentos similares para os períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 é como segue:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados i)	24 264	28 260
Provisão desmantelamento - efeito financeiro	17 491	14 681
Outros gastos e perdas financeiros	52 435	69 506
	<u>94 190</u>	<u>112 447</u>
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros acionistas (Notas 13 e 36)	71 279	62 641
	<u>71 279</u>	<u>62 641</u>

i) Juros referentes aos empréstimos contraídos pela EDAR para o financiamento das suas atividades;

31 Imposto sobre o rendimento

A decomposição do montante de imposto sobre o rendimento reconhecido nas demonstrações financeiras é conforme segue:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Imposto sobre rendimento corrente (Nota 12)	2 745 029	2 403 811
Diferenças de estimativa de imposto exercícios anteriores	(194 012)	-
Imposto sobre rendimento diferido (Nota 9)	238 528	(4 667 135)
	<u>2 789 545</u>	<u>(2 263 324)</u>

A taxa de imposto utilizada para a valorização das diferenças tributárias à data de balanço do período findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017 foi de 20,5%.

A reconciliação do montante de imposto do período é conforme segue:



	2018	2017
Resultado antes de impostos	12 901 036	6 437 010
<u>Diferenças temporárias:</u>		
Imparidade de ativos depreciables ou amortizáveis	77 974	5 045 994
Outros	63	63
<u>Diferenças permanentes:</u>		
Outros	23 919	(18 074)
Lucro Tributável / (Prejuízo Fiscal)	<u>13 002 991</u>	<u>11 464 993</u>
Matéria coletável	<u>13 002 991</u>	<u>11 464 993</u>
Taxa nominal de imposto	<u>16,80%</u>	<u>16,80%</u>
	<u>2 184 503</u>	<u>1 926 119</u>
Derrama Municipal	195 045	171 975
Derrama Estadual	364 120	302 600
Deduções à coleta	(725)	-
Tributação autónoma	2 087	3 117
Imposto diferido	238 528	(4 667 135)
Diferenças de estimativa de imposto exercícios anteriores	<u>(194 012)</u>	<u>-</u>
Impostos sobre o rendimento do exercício	<u>2 789 545</u>	<u>(2 263 324)</u>

A taxa de imposto adotada na determinação do montante de imposto nas demonstrações financeiras é conforme segue:

	2018	2017
Taxa de imposto	16,80%	16,80%
Derrama	1,50%	1,50%
Derrama estadual		
> 1.500.0000 e < 7.500.000	2,40%	2,40%
> 7.500.0000 e < 35.000.000	4,00%	4,00%
> 35.000.000	7,20%	5,60%

32 Dividendos

Os dividendos pagos durante o período de 2018 foram de 4.759.994 euros (2017: 3.569.996 euros).

33 Compromissos

Os compromissos assumidos pela Empresa à data do balanço dos períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 são como segue:

Compromissos para investimentos

Os compromissos assumidos pela EDAR referem-se a adjudicações já efetuadas relativas a

empreitadas e equipamentos, conforme segue:

	2018	2017
Empreitadas e equipamentos	2 427 220	2 789 953
	2 427 220	2 789 953

34 Contingências

Passivos contingentes

A EDAR tem os seguintes passivos contingentes decorrentes das garantias bancárias prestadas, conforme segue:

Beneficiário	Objeto	Início	2018	2017
Direção Regional Energia	Atribuição de concessão para utilização privativa da Ribeira Quente (S. Miguel) para a produção de energia hidroelétrica	2018	22 001	
Direção Regional Energia	Atribuição de concessão para utilização privativa da Ribeira Grande (Flores) para a produção de energia hidroelétrica	2018	83 691	
Região Autónoma Açores	Pedido de concessão de exploração de recursos geotérmicos do Pico Alto	2017	250 000	250 000
Região Autónoma Açores	Pedido de concessão de exploração de recursos geotérmicos	2016	249 399	249 399
Vice Presidência Governo, Emprego e Competitividade Empresarial	Pedido de concessão de exploração de recursos geotérmicos no Pico Alto, Ilha Terceira	2015	1 000	1 000
BEI	Garantia exigida aquando do desembolso do empréstimo EDA Power VII-B	2012	3 272 727	3 818 182
Alfândega de Ponta Delgada	Isenção de Imposto sobre produtos petrolíferos na aquisição de matérias-primas	1990	2 494	2 494
			3 881 312	4 321 075

Ativos contingentes

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 a EDAR não tinha identificado quaisquer ativos contingentes.

35 Matérias ambientais

No período de 31 de dezembro de 2018 não foram atribuídos à Empresa quaisquer subsídios ou incentivos relacionados com matérias ambientais. No período de 31 de dezembro de 2017 foi atribuído à empresa um subsídio referente a um fundo ambiental para viaturas elétricas no valor de 2.250 euros. Foram reconhecidos nesses períodos rendimentos no montante de 562 euros.

A Empresa apresenta nas suas demonstrações financeiras uma provisão destinada ao desmantelamento dos equipamentos e infraestruturas dos parques eólicos no final das suas

vidas úteis, a qual também incorpora uma parte de componente ambiental (reposição de terrenos nas suas condições iniciais). A Administração utilizou o seu melhor conhecimento do negócio, bem como o seu conhecimento das melhores práticas do mercado, de forma a estimar os gastos que deverão vir a ser incorridos no final dos respetivos períodos de exploração. Estas provisões foram reconhecidas nas demonstrações financeiras da Empresa de acordo com a NCRF 7, constituindo-se por incremento do Ativo, sendo reconhecida anualmente a depreciação do mesmo.

No âmbito do desenvolvimento da sua atividade, não incorreu em encargos significativos de carácter ambiental, com exceção daqueles estiveram relacionados com o desenvolvimento de um campo de desgaseificação na área das Caldeiras da Ribeira Grande. Em conformidade com a informação disponível e, embora a atividade possa permanecer, a Administração entende que os danos e prejuízos que possam vir a ocorrer com este acontecimento não assumirão no futuro quaisquer montantes materialmente significativos.

No que respeita aos aproveitamentos hídricos e geotérmicos, a Administração considera que, tendo em consideração o tipo de ativos e a lógica de continuidade das operações na Região Autónoma dos Açores, independentemente da existência de um contrato formal que preveja a reversão destes equipamentos produtivos para o Governo Regional ou outra entidade pública, a Empresa terá a responsabilidade de realizar os investimentos de manutenção necessários para manter as condições normais de funcionamento, não havendo lugar a desembolsos futuros com o desmantelamento e/ou remoção destes equipamentos.

A Administração está convicta de que não existem, nesta data, outras obrigações ou contingências provenientes de acontecimentos passados de que resultem encargos materialmente relevantes para a Sociedade, para além do referido na Nota 34.

36 Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 a EDAR é detida pela EDA que detém 99,68% do capital da Empresa.

36.1. Remuneração dos órgãos sociais

Os Órgãos de Gestão da EDAR foram considerados de acordo com a NCRF 5 – Partes relacionadas como sendo os únicos elementos chave da gestão da Empresa. Durante o período findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017 as remunerações auferidas pelos mesmos são conforme segue:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Remunerações (Nota 27)	208 867	142 083
	<u>208 867</u>	<u>142 083</u>

Os membros dos Órgãos de Gestão da EDAR não realizaram qualquer tipo de contrato com a Empresa, para os períodos apresentados.

Adicionalmente foram pagos aos restantes Órgãos Sociais os seguintes montantes:



	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Fiscal Único	15 000	12 480
	<u>15 000</u>	<u>12 480</u>

No período de 2018 foi liquidado o montante adicional de 2.520 euros referente á atualização dos Honorários do Fiscal Único para o período de 2017.

36.2. Transações entre partes relacionadas

(a) Natureza do relacionamento com as partes relacionadas:

Acionistas:

EDA – Electricidade dos Açores, S.A.
 SEGMA - Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda.

Por via de Acionistas:

GLOBALEDA – Telecomunicações e Sistemas de Informação, S.A.
 NORMA - AÇORES - Sociedade de Estudos e Apoio ao Desenvolvimento Regional, S.A.

(b) Transações e saldos pendentes

i) Acionistas:

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 a EDAR efetuou as seguintes transações com os seus acionistas:

Vendas

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
EDA - Electricidade dos Açores, S.A. (Nota 23)	28 976 724	27 294 831
	<u>28 976 724</u>	<u>27 294 831</u>

Serviços prestados

EDA - Electricidade dos Açores, S.A.	-	4 093
SEGMA - Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda.	-	424
	<u>-</u>	<u>4 517</u>
	<u>28 976 724</u>	<u>27 299 348</u>

Juros e rendimentos similares obtidos

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
EDA - Electricidade dos Açores, S.A. (Nota 13 e 30)	71 279	62 641
	<u>71 279</u>	<u>62 641</u>



Compras de produtos e serviços

	2018	2017
EDA - Electricidade dos Açores, S.A.	684 511	631 104
SEGMA - Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda.	432 052	460 368
	1 116 563	1 091 472

Saldos devedores e credores

No final dos períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 os saldos resultantes de transações efetuadas com os acionistas são como segue:

	2018	2017
Saldos devedores		
EDA - Electricidade dos Açores, S.A.	48 223 392	40 908 846
	48 223 392	40 908 846
Saldos credores		
EDA - Electricidade dos Açores, S.A.	545 156	417 079
SEGMA - Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda.	179 692	142 391
	724 848	559 470

a) Compreende 44.810.000 euros e 37.720.000 euros em dezembro de 2018 e 2017, respetivamente, correspondente às cedências de fundos ao acionista EDA que vence juros conforme indicado na Nota 13. Adicionalmente, inclui eletricidade do mês de dezembro no montante de 3.356.368 euros e juros no montante de 57.024 euros.

ii) Outras partes relacionadas:

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 a EDAR efetuou as seguintes transações com outras partes relacionadas:

Compras de produtos e serviços

	2018	2017
GLOBALEDA – Telecomunicações e Sistemas de Informação, S.A.	32 633	36 070
NORMA - AÇORES - Sociedade de Estudos e Apoio ao Desenvolvimento Regional, S.A.	137 298	28 550
	169 931	64 620



Saldos devedores e credores

No final dos períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 os saldos resultantes de transações efetuadas com partes relacionadas por via de acionistas são como segue:

	2018	2017
Saldos credores		
GLOBALEDA – Telecomunicações e Sistemas de Informação, S.A.	15 229	39 511
NORMA - AÇORES - Sociedade de Estudos e Apoio ao Desenvolvimento Regional, S.A.	23 588	32 804
	38 817	72 315

37 Disposições legais

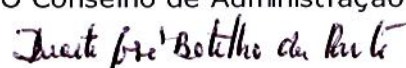
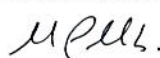



Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 não existiam valores em dívida à Segurança Social nem à Administração Fiscal. No entanto verifica-se dívida ao Fundo de Compensação do Trabalho a 31 de dezembro de 2018, regularizada no período subsequente.

38 Eventos subsequentes

Até à data da aprovação destas demonstrações financeiras o Conselho de Administração não tomou conhecimento de quaisquer eventos subsequentes que devam ser alvo de registo ou divulgação nas presentes demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado

 Cláudio Manuel Raposo Torres

O Conselho de Administração

 Duarte José Botelho da Ponte

 Maria do Carmo Marques Martins

 José Luís Pimentel Amaral

 Carlos Alberto Raposo Bicudo da Ponte

 David Luís Ramalhinho Estrela

**RELATÓRIO E PARECER
DO FISCAL ÚNICO**

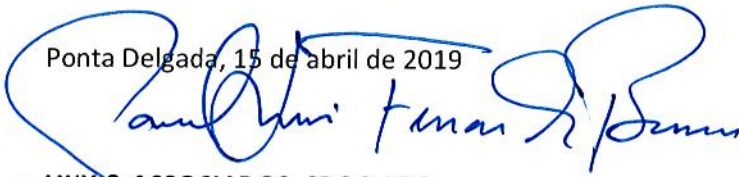
Senhores acionistas,

Em cumprimento dos preceitos legais e estatutários, e tendo examinado oportunamente o Relatório do Conselho de Administração, o Balanço, as Demonstrações dos resultados por naturezas, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa e o Anexo da **EDA Renováveis, S.A.** (a Entidade), respeitantes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, vem o Fiscal Único submeter a vossa apreciação o seu relatório e parecer.

1. No desempenho das funções que lhe são cometidas, o Fiscal Único procedeu com resultados satisfatórios e com a frequência e a extensão que entendeu necessárias, a uma revisão geral dos procedimentos contabilísticos e a outros elementos comprovativos.
2. O Fiscal Único acompanhou, com a devida regularidade, a gestão da atividade da Entidade, tendo obtido do Conselho de Administração todos os elementos, esclarecimentos e informações necessários ao cumprimento das funções que lhe competem.
3. O Fiscal Único considera que o Relatório de gestão foi elaborado em conformidade com os parâmetros referidos no artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, indicando de forma clara a evolução passada e previsível dos negócios da Entidade.
4. O Fiscal Único considera que as demonstrações financeiras satisfazem os preceitos legais e estatutários e refletem a posição dos registos contabilísticos no fecho do exercício.
5. As políticas contabilísticas adotadas na preparação das contas são as constantes do Anexo às demonstrações financeiras e correspondem à correta avaliação do património social e estão em conformidade com os requisitos legais.
6. Em face do que antecede, emitimos o seguinte parecer:

- (a) Aproveis o Relatório, o Balanço, as Demonstrações dos resultados por naturezas, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa e o Anexo preparados pelo Conselho de Administração com referência ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, e
- (b) Aproveis a proposta do Conselho de Administração sobre a aplicação de resultados do exercício.

Ponta Delgada, 15 de abril de 2019



UHY & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
Manuel Luís Fernandes Branco (ROC nº 652)



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **EDA Renováveis, S.A.** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2018 (que evidencia um total de 125.142.100 euros e um total de capital próprio de 105.179.064 euros, incluindo um resultado líquido de 10.111.491 euros), as demonstrações dos resultados por naturezas, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa relativas ao período findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **EDA Renováveis, S.A.** em 31 de dezembro de 2018 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao período findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

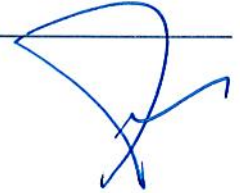
A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.



- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza

material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

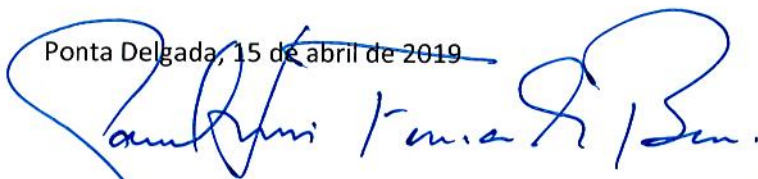
A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Ponta Delgada, 15 de abril de 2019



UHY & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
Manuel Luís Fernandes Branco (ROC nº 652)

RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da EDA Renováveis, S.A. ("Entidade"), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2018 (que evidencia um total de 125.142.100 euros e um total de capital próprio de 105.179.064 euros, incluindo um resultado líquido de 10.111.491 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da EDA Renováveis, S.A. em 31 de dezembro de 2018 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

*Deloitte" refere-se a Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada de responsabilidade limitada do Reino Unido (DTTL), ou a uma ou mais entidades da sua rede de firmas membro e respetivas entidades relacionadas. A DTTL e cada uma das firmas membro da sua rede são entidades legais separadas e independentes. A DTTL (também referida como "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Aceda a www.deloitte.com/pt/about para saber mais sobre a nossa rede global de firmas membro.

Tipo: Sociedade Anónima | NIPC e Matrícula: 501776311 | Capital social: € 500.000 | Sede: Av. Eng. Duarte Pacheco, n.º7, 1070-100 Lisboa | Escritório no Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 - 13º, 4150-146 Porto

© 2019 Para informações contacte Deloitte & Associados, SROC S.A.



O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

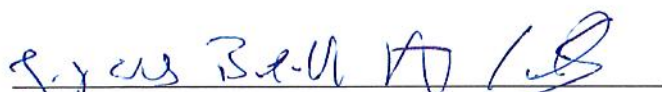
A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 15 de abril de 2019



Deloitte & Associados, SROC S.A.

Representada por Jorge Carlos Batalha Duarte Catulo, ROC